



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**  
Brasília

# Projeto Político Pedagógico



ESCOLA DE GOVERNO  
**FIOCRUZ – BRASÍLIA**

2020





**DIRETORA FIOCRUZ BRASÍLIA:**

Maria Fabiana Damásio Passos

**DIRETORA EXECUTIVA DA EGF-BRASÍLIA:**

Luciana Sepúlveda Köptcke

**GRUPO DE TRABALHO PARA SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO DO PPP:**

Aline Guio Cavaca (Coordenadora do Grupo de Trabalho PPP)

Anna Claudia Romano Pontes

Celina Roitman

Francini Lube Guizardi

Juliana Costa Mota

Karina Fernandes dos Santos

Luciana Sepúlveda Köptcke

Maria Regina Araújo de Vasconcelos Padrão

Maria do Socorro de Souza

Paulo Sergio de Carvalho

Terezinha de Lisieux Quesado Fagundes (Consultora)

## **CIÊNCIA CIDADÃ**

(Tati Novais)

*A ciência cidadã ou  
ciência de cidadania  
faz parte dos nossos valores e  
princípios compartilhados  
na Escola de Governo  
Fiocruz - Brasília*

*Rompendo a imagem  
inalcançável da ciência  
contra o senso comum e  
contra a falsa crença  
do saber imediato  
sem crítica e evidência*

*a ciência cidadã convida  
com diferentes metodologias  
para fazer ciência e cidadania  
com as pessoas em suas diversidades  
movimentos sociais  
usuários do SUS, gestores,  
políticos, trabalhadores*

*É justiça, não é falatório  
“Nada sobre nós, sem nós”  
pessoas não são objetos de estudo  
em seus territórios  
devem fazer parte  
colaborando no resgate*

*Sujeitos de pesquisa  
transformam-se em pesquisadores  
construindo conhecimento  
com engajamento e  
comprometimento  
de forma compartilhada e ethos  
Para além do acesso aberto*

*no diálogo entre saberes,  
interculturalidades  
o conhecimento apropriável  
por aqueles que,  
promovem a transformação,  
o inédito viável*

*Afinal, para que saber?  
por que saber?  
– senão para construirmos,  
juntos com outros,  
uma vida mais justa e feliz  
o mundo com o qual sonhamos.*

Inspiração:

PPP. Projeto Político Pedagógico da  
Escola Fiocruz de Governo da Fiocruz-  
Brasília.

Ruben Araujo de Mattos, Tatiana Vargas  
de Faria Baptista (org). Caminhos para  
análise das políticas de saúde. 1.ed. Porto  
Alegre: Rede UNIDA, 2015.

O que é Ciência Aberta?. Aula 5 - Ciência  
Cidadã. Disponível em:  
[https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/re  
a/ciencia-aberta/serie1/curso1/aula5.html](https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/re-a/ciencia-aberta/serie1/curso1/aula5.html)

## Lista de quadros e figuras

- Figura 1. Natureza das ofertas da Escola de Governo Fiocruz - Brasília, 2020.
- Quadro 1 - Antecedentes e evolução institucional da Escola de Governo Fiocruz - Brasília.
- Quadro 2 – Cursos *Stricto Sensu*, EGF-Brasília, 2020.
- Quadro 3 - Cursos *Lato Sensu*, EGF-Brasília, 2020.
- Quadro 4 – Perfil do corpo discente da EGF-Brasília, 2020.
- Quadro 5 – Áreas temáticas de pesquisa na Fiocruz Brasília, 2020.
- Quadro 6 - Níveis e alcances da responsabilidade da ação, EGF-Brasília, 2020.

## Lista de abreviaturas e siglas

- ASCOM: Assessoria de Comunicação
- CAD-Fiocruz: Centro de Apoio ao Discente
- CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNE/CES: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior
- CNRM: Comissão Nacional de Residência Médica
- CNRMS: Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde
- CNRM-MEC: Comissão Nacional de Residência Médica–Ministério da Educação
- CONASS : Conselho Nacional de Secretários de Saúde
- CONASEMS: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
- COSEMS: Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
- COREME: Comissão de Residência Médica
- COREMU: Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde
- COVID-19: Corona Virus Disease 2019
- CPA : Comissão Própria de Avaliação
- CPG: Colegiado de Pós Graduação
- CT&I : Ciência, Tecnologia e Inovação
- DF: Distrito Federal
- DIREB: Diretoria Regional de Brasília da Fiocruz
- EAD: Educação a Distância
- EGF-Brasília: Escola de Governo Fiocruz- Brasília
- ENSP: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
- EPS: Educação Permanente em Saúde
- ESCS: Escola Superior de Ciências da Saúde
- FEPECS: Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde
- FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz
- GEREB: Gerência Regional de Brasília (Fiocruz Brasília)
- GT: Grupo de Trabalho
- IES: Instituições de Ensino Superior
- IF: Instituto Federal
- IFF: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
- INCQS: Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
- INI: Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas

- GDF: Governo do Distrito Federal
- LEMTES: Laboratório de Educação, Mediação Tecnológica e Transdisciplinaridade em Saúde
- LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersex, agêneros, assexuados e mais)
- MEC: Ministério da Educação
- NDAE: Núcleo Docente Assistencial Estruturante
- NEAD: Núcleo de Educação a Distância
- NETHIS: Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde
- NEVS: Núcleo de Epidemiologia e Vigilância em Saúde
- NUEVE: Núcleo de Eventos da Fiocruz Brasília
- NUSMA: Núcleo de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas
- NUTECA: Núcleo Técnico Administrativo
- PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
- PRMS: Programas de Residência Multiprofissional em Saúde
- Prof-Saúde: Mestrado Profissional em Saúde da Família em Rede Nacional
- PPGPPS: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde
- PALIN: Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura
- PECS: Programa de Educação, Cultura e Saúde
- PEPTS: Programa de Evidências para Políticas e Tecnologias de Saúde
- PRODISA: Programa de Direito Sanitário
- PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
- PPP: Projeto Político Pedagógico
- PSAT: Programa Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho
- RIDE-DF: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
- SES - GO: Secretaria Estadual de Saúde – Goiás
- SES - MG: Secretaria Estadual de Saúde – Minas Gerais
- SECAD: Secretaria Acadêmica
- SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- SUS: Sistema Único de Saúde
- SUAS: Sistema Único de Assistência Social
- TCR: Trabalhos de conclusão de residência
- UNA-SUS: Universidade Aberta do SUS
- UnB: Universidade de Brasília
- VPEIC: Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DA DIRETORA DA FIOCRUZ BRASÍLIA.....</b>	<b>09</b>
<b>APRESENTAÇÃO DA DIRETORA EXECUTIVA DA ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ-BRASÍLIA.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. A ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ – BRASÍLIA.....</b>	<b>14</b>
1.1. Histórico e Desenvolvimento.....	15
1.2. Missão.....	21
<b>2. DIMENSÃO FILOSÓFICA, POLÍTICA, PEDAGÓGICA E ASPECTOS METODOLÓGICOS GERAIS.....</b>	<b>22</b>
2.1. Valores da EGF-Brasília.....	24
2.2. Princípios das práticas educativas da EGF-Brasília.....	27
2.3. Diretrizes da EGF-Brasília.....	31
2.4. Referências Conceituais e Metodológicas do Ensino Aprendizagem.....	33
<b>3. CAMPO DE ATUAÇÃO.....</b>	<b>45</b>
3.1. Competências.....	46
3.2. Natureza da Oferta.....	47
3.3. Educação a Distância - EAD.....	54
3.4. Perfil do corpo discente.....	60
3.5. Alcance territorial.....	62
3.6. Investigação.....	63
3.7. Parcerias.....	65
<b>4. AVALIAÇÃO NO ENSINO – APRENDIZAGEM E NA GESTÃO.....</b>	<b>67</b>
4.1. Avaliação na educação da Fiocruz e na EGF-Brasília.....	70
<b>5. GESTÃO DA ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ - BRASÍLIA.....</b>	<b>73</b>
5.1. Governanças e colegiados.....	74
5.2. Estrutura Organizacional.....	81
5.2.1. Instâncias de articulação institucional e planejamento.....	81
5.2.2. Instâncias pedagógicas.....	82
5.2.3. Instâncias para ações de inclusão social e equidade.....	83
5.2.4. Instâncias técnicas e administrativas.....	85
5.2.5. Instância de estudos e investigação.....	85
<b>6. INFRAESTRUTURA.....</b>	<b>86</b>
<b>7. PERSPECTIVAS E DESAFIOS - TRAÇANDO A ROTA DO FUTURO.....</b>	<b>87</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO - METODOLOGIA DO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO PPP.....</b>	<b>96</b>





## UMA ESCOLA EM MOVIMENTO

No ano em que completa 10 anos, a Escola de Governo Fiocruz - Brasília publica o seu Projeto Político Pedagógico. Trata-se de uma grande conquista coletiva que envolveu todo o seu corpo docente e que representa a consolidação da experiência educacional acumulada durante os seus 45 anos de existência na capital federal. Essa trajetória foi sendo construída gradativamente, e ganhou impulso a partir dos anos 2000, para atender às demandas oriundas dos órgãos federais que tinham interesse em qualificar seus gestores e técnicos para a formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas. Como exemplos que marcam esse período da nossa história, temos os cursos de especialização em Alimentação e Nutrição, Direito Sanitário e Vigilância Sanitária, este último para servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Assim, considerando os diversos ciclos da existência da nossa EGF, o momento anterior à sua implantação revelou o potencial de formação já presente na unidade, e resultou na aprovação, inicialmente, da Presidência, da estruturação do Núcleo Federal de Ensino, em 2006. O Núcleo garantiu maior organicidade e sistematização das práticas educacionais aqui realizadas. Além disso, plantou a semente da ideia de criação da Escola de Governo, criada em março de 2011, logo após a inauguração da nova sede em Brasília, ocorrida em 2010. Esse foi um ato do Conselho Deliberativo da Fiocruz em reconhecimento da importância de se fortalecer a presença da Instituição na capital federal, não só pela sua localização estratégica no centro de decisões do País, mas também para promover, a partir de Brasília, maior articulação com as demais unidades da Fiocruz distribuídas pelo território nacional, além do fortalecimento da cooperação com universidades e instituições parceiras, e de permitir lançar um olhar cuidadoso para todo o seu entorno, fincando os pés de modo mais abrangente e qualificado no Centro-Oeste.

A participação mais ativa na vida local culminou na organização de uma proposta pedagógica que pudesse ter um olhar direcionado para a formação em políticas públicas de saúde e sociais, considerando a tríade: educação, pesquisa e ação no território. Durante o seu percurso, foram organizadas diversas formações para atendimento à demanda social e institucional. Ainda sobre os ciclos da nossa existência, uma vez implantada a Escola, havia a necessidade de atuar de forma mais integrada e de mapear quais as ofertas que fariam sentido e que seriam mais estratégicas para dialogarmos com o território onde estamos instaladas. Esse exercício exigiu de todos os trabalhadores e trabalhadoras da Casa, união e dedicação para fazermos da Escola um caminho de contribuição efetiva para o fortalecimento da educação permanente para o SUS, considerando o DF, mas tendo como horizonte o território nacional. Pautados no espírito do encontro, fomos tecendo formas de existir, ponto a ponto, a cada proposição e organização das nossas ofertas. Sabíamos que, integrados, podíamos ir além. Precisávamos também de estratégias que traduzissem a diversidade de pesquisas realizadas pela unidade. Era a forma de fazermos a nossa identidade tomar corpo. Assim, desse grande encontro, resultou a organização do Mestrado em Políticas Públicas em Saúde, que cumpriu o papel de reforçar a capacitação no campo no DF e no Centro-Oeste, a fim de diminuir as lacunas de formação existentes na região. Junto ao mestrado, foi organizado também o Curso de Especialização em Saúde Coletiva. Foram ofertas consideradas complementares e que funcionaram como o divisor de águas da Escola. A partir deles, como um rizoma, a Escola foi ramificando as suas ofertas, ampliando seus cursos livres, criando novas especializações e avançando no uso de tecnologias educacionais online, com a estruturação do seu Núcleo de Educação a Distância (Nead).

Como instâncias irmãs, o Nead vem funcionando em parceria com a Secretaria Executiva da Universidade Aberta do SUS – UNA-SUS que, ao longo dos seus 10 anos, tem sido referência nas ofertas educacionais online dos trabalhadores do SUS em todo o território nacional, contando hoje com mais de 1 milhão de integrantes na rede formada por 34 universidades.

O desafio mais recente da escola foi a implantação das suas residências médicas e multiprofissionais, em parceria com a Secretaria de Saúde do DF, a fim de fortalecer e ampliar a cobertura de atenção primária à saúde no DF. Também chegamos ao semiárido, com as ações de vigilância popular em saúde, organizamos o Curso de Especialização Epidemiologia de Campo – EPISUS intermediário em parceria com o Ministério da Saúde e ofertamos pela primeira vez o curso de Comunicação em Saúde.

Olhando na perspectiva do seu ciclo de existência, hoje a Escola está mais amadurecida, buscando a consolidação das suas práticas para que o seu objetivo de seguir com o compromisso de oferecer educação para as políticas públicas sociais e de saúde, considerando a promoção de territórios saudáveis, sustentáveis, solidários e simbólicos se torne uma realidade.

Sim, hoje podemos dizer que construímos uma escola em rede: de saberes, de experiências, de abordagens, de instituições, de afeto. Rede que permite a formação de uma ciranda que une gerações, que agrega docentes que trazem em sua bagagem a vivência da gestão pública, a qual, atrelada ao ambiente acadêmico, enriquece o debate nos espaços de sala de aula, para que uma visão mais crítica possa ser construída coletivamente.

Foi essa escola que, em seus 10 anos de existência, contribuiu, agora no momento de grave crise sócio-sanitária provocada pela pandemia da covid-19, para o desenvolvimento de ofertas educacionais que pudessem capacitar os trabalhadores e trabalhadoras para seguirem atuando na linha de frente. Aproveito para expressar o meu agradecimento a todos os docentes e trabalhadores da escola que foram incansáveis, durante a pandemia, para que a nossa dinâmica educacional pudesse permanecer viva, ativa e colaborativa.

Assim, a Escola vem sendo construída tendo o diálogo como ponto de partida, como elemento fundante para estimular a interação e propor a construção de uma ação genuinamente política, tal como Hannah Arendt preconiza. Escola que vislumbra, por meio das suas práticas, um futuro que favoreça o avanço de tecnologias orientadas para o desenvolvimento social, sem perder de vista a sua história pautada nos 120 anos da Fiocruz. Uma escola que faça da educação um caminho solidário e colaborativo para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, que seja firme na defesa do respeito à diversidade, e que mantenha sempre em seu horizonte a diminuição das iniquidades sociais.

Sigamos vivendo os ciclos de existência da nossa EGF e construindo novas formas de re-existir com colaboração, afeto, movimento, solidariedade e compromisso com a sociedade do Distrito Federal e de todo o Brasil.

**FABIANA DAMÁSIO**  
DIRETORA FIOCRUZ BRASÍLIA

## PPP: TRANSFORMAÇÃO EM PROCESSO

Este texto foi escrito em maio de 2020, mês e ano em que a Fundação Oswaldo Cruz completou 120 anos de existência e ano em que Brasília - onde se encontra esta Unidade - tornou-se sexagenária. Também neste ano, comemoramos o quinto aniversário do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde, projeto estruturante da pós-graduação em Brasília e importante catalisador institucional local. Era neste cenário de grandes comemorações - para saudar mais de um século de atuação na saúde pública brasileira e mais de quatro décadas de presença na Capital Federal - que planejávamos entregar o Projeto Político Pedagógico da Escola de Governo Fiocruz - Brasília.

No entanto, projetos, rotinas, processos de trabalho e modos de viver foram radicalmente transformados em função da Pandemia da *Coronavirus Disease 19*, a Covid-19. Um verdadeiro maremoto, que nos lançou em correntes e turbilhões inimagináveis. Um tipo de estado de guerra, onde as crises sanitária e política ganharam contornos ainda mais graves diante da desigualdade exposta, ininterruptamente, em manchetes desoladoras sobre mortes evitáveis. Aceleramos processos em curso e definitivamente nos transformamos.

Quando a Pandemia da Covid-19 e a Escola de Governo Fiocruz - Brasília se encontraram, em março de 2020, experimentávamos um dinâmico processo de diversificação e aumento de cursos e vagas. Em particular, vínhamos aprimorando a capacidade de gerar experiências educacionais mediadas por tecnologias, na perspectiva da Educação a distância e da Educação Híbrida. Entre 2018 e 2019, havíamos triplicado o número de cursos EAD e ofertado cursos híbridos, aumentando de 5.967 para 19.510 o número de matrículas nessas modalidades. Ademais, em 2019, iniciamos a residência multiprofissional e, já em 2020, contabilizamos quatro programas multiprofissionais e uma Residência em Medicina da Família e Comunidade, totalizando cinco programas de residência.

Esta Escola de Governo - voltada ao campo da saúde a partir de abordagem intersetorial e profundamente vinculada ao território e às necessidades do SUS - reitera a cada ano a importância de construir um espaço educacional transformador. Que não se conforme em apenas ofertar cursos, mas consiga tecer relações perenes entre aqueles que denominamos membros de nossa Comunidade-Escola. Ou seja, uma escola em rede, um espaço para a educação permanente e para a construção de respostas que aproximam a ciência e a tecnologia do saber profissional e popular.

Mas a pandemia da Covid-19 nos interpelava, e precisávamos contribuir para que gestores e trabalhadores da saúde seguissem cuidando, organizando, planejando e implementando o funcionamento do Sistema Único de Saúde - guiados por todo apoio técnico e científico que fôssemos capazes de prover. Nesse movimento, afirmamos, ainda mais o sentido de escola de governo: uma educação a serviço da vida, da igualdade de direitos, de um Estado pautado pela justiça social e pela democracia.

Em meio a tantas mudanças, faria sentido prosseguir com a elaboração do PPP?

Fruto de um processo iniciado em 2015, o PPP espelha o amadurecimento da reflexão sobre a educação em nossa Unidade. Em um momento em que aprendemos a conviver com a incerteza, a conclusão do Projeto Político Pedagógico nos instigou a pensar o presente e o futuro, reafirmando que - a despeito da crise - somos capazes de construir horizontes possíveis para o cumprimento de nossas atribuições.

Esse projeto político pedagógico registra o processo dinâmico a ser validado e vivenciado no cotidiano das escolhas e práticas educacionais e, posteriormente, a ser revisitado e transformado, diante das mudanças de contexto e das demandas de formação. Enfim, o projeto deve trazer a capacidade de renovação, necessária a uma escola voltada para o diálogo com a sociedade e com o território.

Saúdo os queridos Gerson Penna e Maria Fabiana Damásio, fundamentais para a construção do projeto de uma escola em Brasília e para a elaboração de seu projeto político pedagógico, respectivamente. Ao grupo de trabalho do PPP dirijo uma saudação especial pela competência, compromisso e seriedade do trabalho. Foram momentos ricos de troca, aprendizagem e muito afeto. Agradecemos, finalmente, à toda a Comunidade-Escola pela participação e apoio neste caminho.

Este documento, que hoje existe no papel, depende de cada docente, técnico, discente, gestor e parceiro para ganhar vida e orientar, no dia a dia, os rumos da educação nessa Unidade.

**LUCIANA SEPÚLVEDA KÖPTCKE**

DIRETORA EXECUTIVA DA EGF-BRÁSILIA

# Introdução

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola de Governo Fiocruz — Brasília (EGF-Brasília) é o instrumento político, filosófico e teórico metodológico que apresenta a consolidação das políticas de ensino, pesquisa e atuação no território, bem como, as orientações e definições norteadoras das concepções e práticas educativas dessa instituição.

Resultante do compromisso definido coletivamente pela comunidade integrante da EGF-Brasília, o PPP vem atender as exigências normativas do Decreto n.º 9.235 de 15 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação (MEC), que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação, no sistema federal de ensino. Segundo essa legislação, o projeto pedagógico é um dos elementos constitutivos do Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, documento básico no processo de avaliação externa realizada pelo MEC.

O credenciamento da Fundação Oswaldo Cruz como Escola de Governo — que é extensivo a todas as suas unidades — foi homologado pelo MEC por meio da Portaria n.º 331, de 10/03/2017, após o cumprimento das orientações estabelecidas pelo instrumento para avaliação institucional externa de escolas de de governo constante no Parecer CNE/CES n.º 295/2013, homologado pelo MEC em 07/05/2014, que é adaptado daquele estabelecido para as Instituições de Ensino Superior (IES). A EGF-Brasília está, portanto, compreendida dentro do credenciamento único da Escola de

Governo Fiocruz, e estabelece seu PPP de modo congruente com esse enquadramento institucional e coerente com o projeto político-pedagógico institucional que abrange toda a Fiocruz, constante no capítulo 3 do PDI 2016-2020.

Simultaneamente, esse documento pretende balizar e contribuir para o delineamento das práticas e concepções pedagógicas decorrentes e necessárias, face às inquietações internas e externas da EGF-Brasília, devido ao seu crescimento físico e institucional, diversidade de atuação, amadurecimento e compromisso com uma gestão e participação democrática.

Por conseguinte, o conteúdo aqui apresentado resulta das análises de resoluções e documentos institucionais, bem como, de intensa discussão coletiva no âmbito da EGF-Brasília, se constituindo, para isso, um Grupo de Trabalho (GT) que consolidou nesse documento os anos de estudos, preparação, discussão e sistematização da escuta qualificada a toda comunidade escolar durante o processo. Dessa maneira, considera-se esse documento um guia com identidade própria face aos desafios internos e conjunturais da saúde pública, historicamente vinculados ao contexto da sociedade brasileira, destinado a toda a comunidade participante dessa Escola de Governo, especialmente, o corpo docente, discente, técnicos, gestores e parceiros e agentes públicos das áreas de governo e das organizações da sociedade civil.





# **1. A Escola de Governo Fiocruz — Brasília**

# 1. A Escola de Governo Fiocruz — Brasília

## 1.1. Histórico e desenvolvimento

A Escola de Governo Fiocruz - Brasília (EGF-Brasília) é a estrutura organizacional responsável pela realização das ações educacionais na unidade descentralizada da Fiocruz em Brasília. Constitui uma comunidade de aprendizagem e de construção de conhecimento que integra trabalhadores da Fiocruz Brasília, da Fiocruz em todo o Brasil e atores sociais diversos.

A Fiocruz - que começou suas atividades com a fabricação de soros e vacinas contra a peste bubônica no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1900 - se expandiu de modo integrado ao desenvolvimento da saúde pública brasileira. Esta expansão é observada em suas vertentes de pesquisa, assistência, vigilância, produção de insumos e formação de pessoas para atuação na pesquisa e tecnologia, atenção, gestão e educação em saúde. Sua configuração institucional foi estabelecida pelo Decreto nº 66.624/1970, quando foram agrupados diversos órgãos que, até então, funcionavam isoladamente.

Estabelecida como fundação de direito público vinculada ao Ministério da Saúde, a Fiocruz possui unidades em 10 estados da federação e em Brasília. A instituição tem por finalidade “desenvolver atividades nos campos da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico”, conforme especifica o Artigo 1º de seu Estatuto (Decreto nº 8.932/2016). É composta por 16 unidades técnico-científicas (no atual estatuto denominadas “órgãos específicos singulares”), pela unidade descentralizada de Brasília e ainda quatro unidades em desenvolvimento (escritórios regionais). Essas unidades possuem atividades diferenciadas nos campos do conhecimento e na atuação territorial, e todas possuem como atribuição o “desenvolvimento do ensino e da formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia” (Estatuto, capítulo 4, seção III).



A Fiocruz Brasília foi criada em 1976 como Escritório de Representação para apoiar a Presidência da Fiocruz - logística e institucionalmente - em suas interlocuções com o Ministério da Saúde e demais órgãos federais situados na capital do país. Ao longo dos anos seguintes a sua atuação foi se expandindo, incorporando atividades de pesquisa, assessoria técnica aos órgãos públicos e ações educacionais, entre outras.

Finalmente, em 2016, o VII Congresso Interno da Fiocruz, ao debater a reformulação e atualização do Estatuto da instituição, aprovou as demandas da unidade de Brasília, formalizando a ampliação de suas competências e atribuições, que já estavam em exercício na prática. O Estatuto aprovado foi publicado no Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016. Por razões de padronização de nomenclatura da administração federal, a Fiocruz Brasília foi identificada como “unidade descentralizada” e chamada de “Gerência Regional de Brasília”.

Assim, para dar conta da atuação diversificada em educação, pesquisa, articulação, assessoria e representação, o Estatuto especificou em seu Art. 30 as seguintes competências para a Gerência Regional de Brasília:

- I - representar a FIOCRUZ, nas suas áreas de competência, junto aos órgãos e às instituições públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e junto ao setor privado e ao terceiro setor sediados em Brasília;
- II - estabelecer parcerias com instituições de ensino, pesquisa e saúde e de execução de políticas públicas para ciência e tecnologia, articular e apoiar redes sociotécnicas e as unidades da FIOCRUZ;
- III - prestar assessoria técnica nas áreas de expertise da FIOCRUZ, com ênfase no desenvolvimento de políticas voltadas para a ciência, tecnologia e informação em saúde;
- IV - apoiar a coordenação de ações da FIOCRUZ para a integração técnica-operacional e o desenvolvimento estratégico da instituição;
- V - divulgar produtos e serviços da FIOCRUZ em âmbito local, regional e nacional;
- VI - prestar suporte gerencial e administrativo de interesse da FIOCRUZ; e
- VII - realizar atividades de ensino e pesquisa aplicada, dirigidas à governança e à gestão de políticas públicas e saúde.



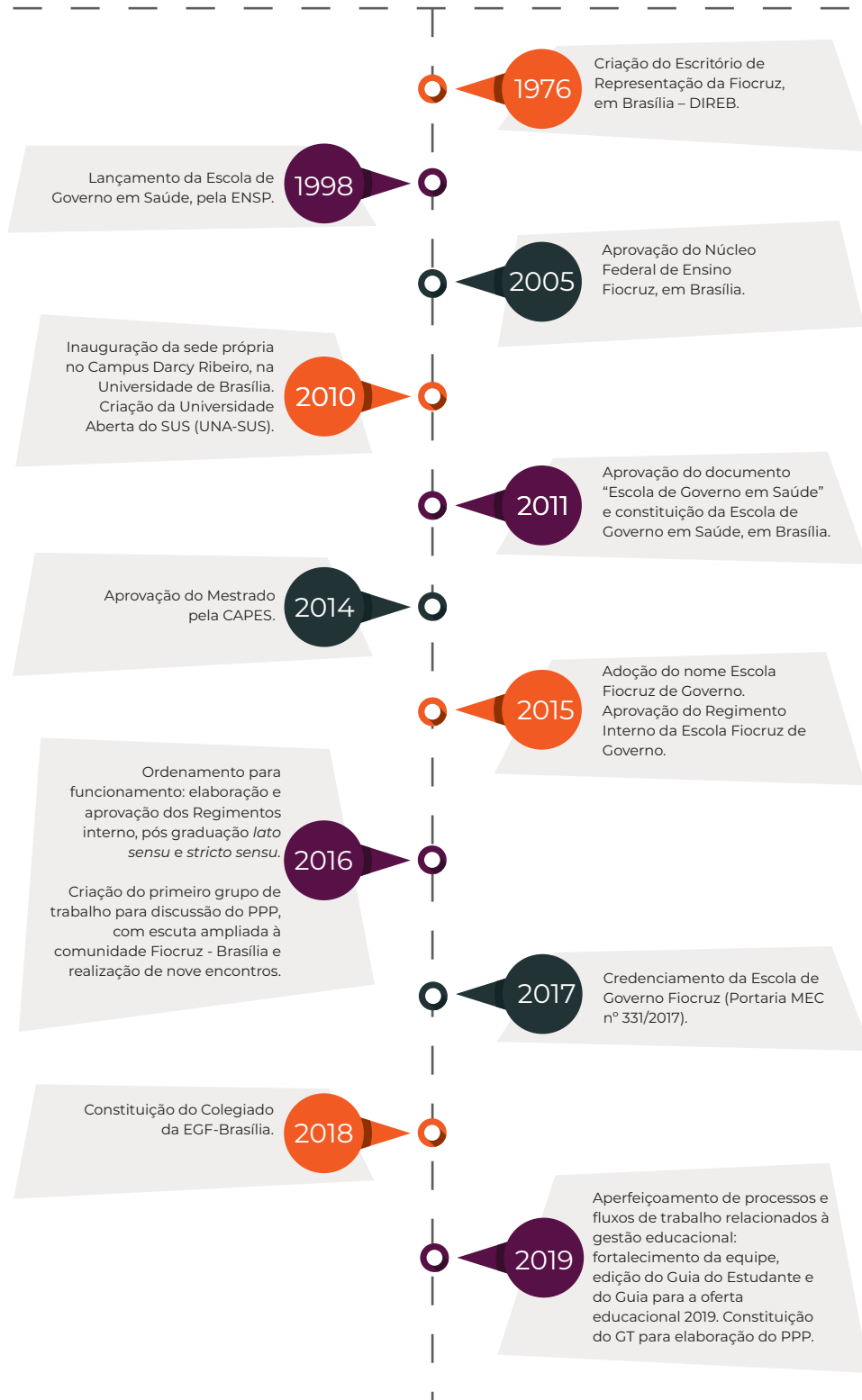
Com o crescimento ao longo de seus 45 anos de existência, a Fiocruz Brasília evoluiu, e, no que cabe à dimensão educacional de sua atuação, estruturou-se como Escola de Governo, um programa educacional institucional coletivo (Vide Quadro 1).

O conceito de escola de governo foi introduzido na Constituição Federal em 1998 pela Emenda Constitucional 19, atribuindo à União e aos estados manter escolas de governo para a formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos. Nesse mesmo período a Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz lançou a “Escola de Governo em Saúde” como uma reorientação estratégica de seus programas de ensino, pesquisa e cooperação para formar lideranças técnicas e políticas para o SUS. Em seguida, o IV Congresso Interno da Fiocruz (2002) incorporou e ampliou essa ideia para considerar o envolvimento de todas as unidades nos processos educacionais para o SUS. Outros congressos, posteriormente, reforçaram que “escola de governo em saúde” é uma ideia ampla que integra toda a instituição.



Na Fiocruz Brasília - que já desenvolvia ações educacionais desde 2003 (como os cursos no campo da Saúde Coletiva, Direito Sanitário e Alimentação e Nutrição) e teve aprovação para a criação do Núcleo Federal de Ensino em 2005 - a evolução das experiências e dos debates foi acentuada com a inauguração da nova sede, dentro do Campus da Universidade de Brasília, em 2010. A sua nova instalação ampliou muito as condições para a oferta de ações educacionais voltadas à crescente demanda de formação para o SUS. Isto aconteceu de modo concomitante à instituição do Sistema Universidade Aberta do SUS – UNA-SUS, pelo Ministério da Saúde (Decreto nº 7385/2010), em que a Fiocruz veio a ocupar o papel de Secretaria Executiva, com sede na Fiocruz Brasília.

## Quadro 1 - Antecedentes e evolução institucional da Escola de Governo Fiocruz - Brasília.



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Em 2011, retoma-se a ideia de que o “conceito de Escola de Governo em saúde envolve toda a instituição” (FIOCRUZ, IV Congresso Interno, 2002, p.52); e a constituição e organização do funcionamento da Escola de Governo em Saúde, em Brasília<sup>1</sup> é ratificada em resolução do Conselho Deliberativo da Fiocruz. Nesse momento, ressalta-se a importância da qualificação do debate sobre políticas públicas para redefinir a cultura política institucional, de modo a propiciar a aquisição de novos paradigmas de gestão e fortalecimento do compromisso ético de formação política do servidor público e do cidadão.

Dessa maneira, a educação passa a ser o campo estratégico articulador da ampliação e aprofundamento dos variados e complexos componentes da institucionalização da Fiocruz Brasília (Vide Oficina de Alinhamento Estratégico da DIREB, em 2013:16; Relatório DIREB 2011/2013). Isso se traduziu na prática com a criação de um programa próprio de pós-graduação.

Em 2014, é aprovado, pela CAPES, o Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde, refletindo um processo agregador de construção institucional que reuniu grande parte dos trabalhadores dessa Unidade. A primeira turma do Mestrado foi iniciada em 2015. Nesse mesmo ano teve início o Curso de Especialização em Saúde Coletiva, houve a adoção do nome Escola Fiocruz de Governo e a constituição dos primeiros ordenamentos para o seu funcionamento, tais como, o Regimento Interno; Regulamento da Pós-Graduação; Regulamento do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde; Regulamentação da Concessão de Notório Saber, entre outros, que foram aprovados e publicados no ano seguinte.

Ao mesmo tempo que cresciam o projeto e as ofertas educacionais da Escola em Brasília, no âmbito geral da Fiocruz foi desencadeado o processo para regularização da oferta dos cursos de especialização por meio do credenciamento institucional da Fiocruz como escola de governo, o que somente veio a se concluir em 2017 (Portaria MEC nº 331). Esse processo exigiu a criação da Comissão Própria de Avaliação, do Plano de Desenvolvimento Institucional e a realização da avaliação externa pelo INEP. Como resultado, a Escola de Governo Fiocruz constitui-se como uma escola em rede, com autorização única para os cursos de especialização das diferentes unidades, abrangendo as múltiplas necessidades de formação para o SUS. Essa necessidade institucional de formalização para toda a Fiocruz foi um importante elemento para a consolidação da dinâmica experienciada em Brasília.

<sup>1</sup> Vide documento “Escola de Governo em Saúde”, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz e elaborado por um Grupo de Trabalho criado em 2009, constituído por representantes de várias áreas da Fiocruz (Gabinete da Presidência, VPEIC, Escola Politécnica, ENSP e DIREB).

Em resumo, o projeto educacional da Unidade de Brasília - outrora designado Núcleo Federal de Ensino (2005), Escola de Governo em Saúde (2011), Escola Fiocruz de Governo (2015) - veio a se denominar, desde 2019, Escola de Governo Fiocruz - Brasília, conforme pactuado na reunião da Câmara Técnica de Educação realizada em maio de 2019 (a Escola de Governo Fiocruz recebe, em cada unidade, o complemento de seu nome ou localização).

A Escola de Governo Fiocruz - Brasília constrói sua identidade a partir de processos institucionais, nacionais e locais, tecidos ao longo dos anos. No seu processo de construção e fortalecimento institucional, constituiu-se, em 2018, o seu Colegiado, fórum de debates e compartilhamento com representação de todas as áreas de escola, da UNA-SUS, e com participação dos coordenadores de cursos do *stricto* e *lato sensu*, assim como dos representantes discentes; aperfeiçoaram-se os processos e fluxos de trabalho relacionados à gestão educacional, com destaque para o fortalecimento da equipe e a edição do Guia do Estudante, em 2019; e, para além dos cursos *stricto sensu* e *lato sensu* que já vinham sendo implementados, deu-se início aos Programas de Residência Multiprofissional, em 2019, e ao Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade, em 2020.

Segundo os princípios da gestão democrática e participativa, a atuação da Escola de Governo Fiocruz - Brasília, no momento atual, inclui: a formulação, o desenvolvimento, a produção de conhecimento, a certificação, a avaliação, o monitoramento e o planejamento de cursos, ofertas e recursos educacionais, presenciais, híbridos ou a distância, que resultam de processos que envolvem todas as estruturas organizacionais da Gereb.

## 1.2. Missão da Gerência Regional de Brasília

A missão da Gerência Regional de Brasília, Fiocruz - Brasília, registrada no documento resultante da Oficina de Planejamento Estratégico de 2016 é:

○  
 Promover a integração para o desenvolvimento estratégico da Fiocruz e das políticas públicas com oferta de formação e tecnologias para a governança e gestão de redes sociotécnicas.  
 (00-Brochura ASCOM – FINAL,  
 ○

Para tanto, centra suas atividades no desenvolvimento de um projeto de educação voltado para a governança democrática dos direitos sociais, com a articulação de três dimensões de ação, a saber, Educação-Pesquisa-Ação, no território. Neste sentido, busca o diálogo entre o conhecimento científico oriundo das pesquisas, os saberes e experiências da prática

profissional e aqueles dos sujeitos e grupos que atuam no território. Este projeto permanente de integração acolhe, na escola, trabalhadores e gestores, estudantes e diversos agentes sociais vinculados às políticas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento social, educação, equidade, direitos humanos, ciência e tecnologia, dentre outras.

Nesse processo, a EGF-Brasília constrói sua identidade como uma escola em rede, aberta, com intercâmbio entre sociedade, academia e governo, em suas diferentes instâncias/níveis, assim como em cooperação com as demais unidades da Fiocruz e com outras instituições.

Segundo o parágrafo único do seu Regimento Interno (2015, p.2):

A Escola Fiocruz de Governo - EFG é um espaço para formação continuada e permanente de servidores públicos e lideranças sociais, que visa fortalecer a força de trabalho para atuar em políticas públicas e na gestão da saúde do Brasil, baseada na intersectorialidade e no conceito ampliado de saúde.





## 2. Dimensão filosófica, política, pedagógica e aspectos metodológicos gerais

## 2. Dimensão filosófica, política, pedagógica e aspectos metodológicos gerais

As ações educacionais de uma Escola de Governo carregam intencionalidade, direcionalidade e expressam interesses e visões de mundo por meio de projetos de futuro individuais e coletivos, que podem se constituir como força motora para mudanças e /ou transformações na esfera pública. Nesta perspectiva, os valores e princípios aqui alinhados possibilitam o reconhecimento de sua identidade, bem como a orientação das suas práticas. Valores correspondem aos fundamentos que formam a consciência do ser humano e, no plano institucional, embasam sua cultura organizacional. Princípios são preceitos ou pressupostos definidores das normas que guiam as ações coletivas. Quanto às diretrizes, correspondem às orientações para a ação institucionalmente prioritária, que se desdobram em políticas, programas, projetos e atividades.

Nesse sentido, Escola de Governo Fiocruz - Brasília segue a diretriz geral da instituição com relação às práticas acadêmicas baseadas no tripé do ensino/aprendizagem, produção do

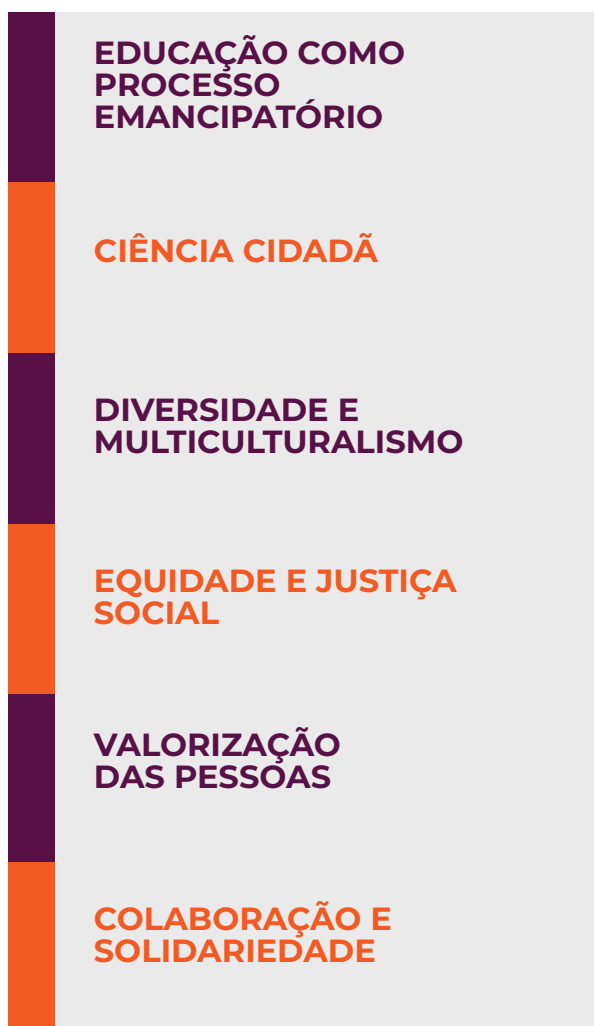
conhecimento (pesquisa) e compromisso social com o território (extensão). Os seus processos formativos são, por conseguinte, orientados pelos valores gerais e princípios da Fiocruz, mantendo-se suas especificidades, identidade e unicidade enquanto escola de governo, em Brasília

Cabe enfatizar que valores, princípios e diretrizes para serem efetivamente operados no cotidiano, devem refletir pactos e consenso construídos de modo participativo, entre os membros da comunidade em questão.

Os valores, princípios e diretrizes aqui apresentados, resultam de três movimentos complementares: a participação na Oficina de Planejamento da Fiocruz Brasília (dezembro, 2019), a análise de documentos institucionais da Fiocruz e da Fiocruz Brasília (Relatório VIII Congresso Interno, PDI 2016-2020, Relatórios de Gestão da Fiocruz Brasília) e a escuta qualificada junto aos docentes e coordenadores de ofertas educacionais em exercício na instituição.



## 2.1. Valores da EGF-Brasília



Os valores da EGF-Brasília não diferem daqueles da própria unidade, de modo que apresentamos aqui os valores da Fiocruz Brasília como norteadores da Escola de Governo Fiocruz - Brasília.



### **Educação como processo emancipatório**

Processo compreendido como necessário para a formação humana integral, promotor de autonomia e cidadania, em que se deve considerar os capitais cultural, social e simbólico acumulados e as experiências dos educandos na construção do conhecimento. É, portanto a educação emancipatória entendida como ação política, que visa fortalecer a capacidade de cada um de participar da construção dos espaços, ações e decisões coletivos.

### **Ciência cidadã**

Refere-se ao compromisso com a democratização do acesso, das práticas e do debate em torno do conhecimento científico e tecnológico e seus impactos no território. A ciência para a cidadania implica em ampliar a participação de todos na produção do conhecimento, respeitar e dialogar com outros saberes, tais como os populares e os tradicionais. Implica também em investigar, avaliar e tensionar as relações possíveis entre os campos científico, político e educacional; as práticas de gestão, produção, comunicação, implementação e monitoramento do saber científico, e seus impactos na construção das mudanças sociais. Institucionalmente, a Política sobre a Ciência Aberta agrega e incentiva a discussão sobre a natureza, o contexto, desafios, oportunidades, abordagens, metodologias e consequências desta orientação na cultura institucional.

### **Diversidade e multiculturalismo**

Encontram-se ancorados no reconhecimento da liberdade de ser, pensar e agir de indivíduos e grupos, a despeito de suas características biopsicossociais e culturais, constituindo precioso atributo para convivências sociais. Expressam o reconhecimento da humanidade do “Outro”, enquanto sujeito de direitos. Nesse sentido, se referem ao respeito e valorização da diversidade étnica e racial, social, geracional, sociocultural, de gênero e orientação sexual, religiosa e biológica, e da pessoa com deficiência, entre outras, como expressões da vida, que devem conviver cooperativamente e contribuir para o aprendizado e o crescimento individual e coletivo.

## **Equidade e justiça social**

Concernem à aplicação concreta de normas genéricas às necessidades reais das pessoas, considerando a singularidade de cada caso, com o objetivo de promover a equidade, aqui entendido como intimamente imbricado com o de justiça social, dialogando, ainda, com o de igualdade e do respeito à diversidade. Diante das iniquidades sociais e das desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, a educação visa promover inclusão, acesso, acessibilidade, permanência e oportunidades equânimes de cuidado, trabalho, pesquisa, comunicação e informação para sujeitos e coletivos, cujas potencialidades são cerceadas por condições de precariedade, subordinação e vulnerabilidade social, tais como, mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência. No campo educacional, se reconhece o valor das ações afirmativas por meio de cotas e da criação de espaços permanentes para o debate institucional sobre equidade de gênero e raça, sobre o “capacitismo”, (discriminação à pessoa com deficiência) e sobre a prevenção do assédio no ambiente de trabalho.

## **Valorização das pessoas**

É fator crucial para o bem-estar e desenvolvimento em todos os processos de aprendizagem, de cuidado, e das relações profissionais. Trata-se de um valor ético consubstanciado nas políticas institucionais para a saúde do trabalhador, para o combate ao assédio, para valorização da educação permanente, assim como na construção de um modelo de gestão aberto à participação.

## **Colaboração e solidariedade**

Como base fundante da vida coletiva, remetem à pluralidade e complexidade das relações nas formações sociais modernas, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Daí sua importância como valor constitutivo da atuação institucional, que se expressa nas relações entre as diferentes Unidades da instituição, no sentido de catalisar forças para atuar diante das desigualdades regionais. No que se refere às parcerias externas, a solidariedade se manifesta por meio da colaboração com múltiplos atores nos territórios da pesquisa, desenvolvimento tecnológico, assistência e educação, com o foco no combate às desigualdades, em suas expressões na saúde.

## 2.2. Princípios das práticas educativas da EGF-Brasília

Os princípios norteadores das práticas educativas da EGF-Brasília estão em consonância com os valores acima referidos e se baseiam nos seguintes pilares epistemológicos, políticos e sociais:

**FORTALECIMENTO  
DO SUS**

**QUALIDADE E  
INTEGRIDADE EM  
PESQUISA**

**DEMOCRATIZAÇÃO,  
PARTICIPAÇÃO E  
CIDADANIA**

**INDISSOCIABILIDADE DA  
EDUCAÇÃO, PESQUISA E  
AÇÃO NO TERRITÓRIO**



## > Fortalecimento do SUS

Considerando que sua área de competência incorpora-se ao campo de atuação do Sistema Único de Saúde - SUS, o projeto político pedagógico da EGF-Brasília alinha-se às políticas de formação para o desenvolvimento do setor saúde, a exemplo da Política Nacional de Educação Permanente e da Política Nacional de Educação Popular em Saúde; para a produção técnico-científica, para as políticas públicas que se destinam a garantir condições de bem-estar físico, mental e social às pessoas e à coletividade e para o fortalecimento da participação social como dimensão estruturante do SUS. O ponto de partida para atingir esses objetivos são as concepções multidimensional de saúde e de educação, que incorporam os valores e os princípios da Fiocruz, da Reforma Sanitária Brasileira e do SUS. Inclui pensar e agir sobre os fatores determinantes e condicionantes da saúde.

Dessa forma, as ações educacionais - de formação permanente e continuada - orientam-se para a valorização de experiências e projetos que apoiem a consolidação do SUS. O diálogo com a produção científica e tecnológica e com seus usuários são importantes para o fortalecimento da capacidade de formulação e operacionalização de políticas públicas, atualização e qualificação da atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, além de permitir o encontro com os saberes e com demandas de saúde que emanam da sociedade. A educação realizada na EGF-Brasília visa responder às necessidades do Sistema Único de Saúde, na perspectiva da saúde como direito constitucional garantido a todos pelo Estado, de sorte a que haja convergência na resolução de problemas de saúde, redução das disparidades e das iniquidades entre grupos populacionais.





## Democratização, participação e cidadania

O princípio da democratização que rege a EGF-Brasília está intrinsecamente ligado ao de participação e de cidadania, aqui considerados como dimensões fundantes garantidoras da gestão democrática e do processo formativo, no sentido de que o direito à participação e à liberdade de expressão precisam estar em todas as práticas pedagógicas. Para tanto, se garante a transparência dos processos decisórios, prevendo espaços e recursos de participação para todos os membros da comunidade – escola: docentes, técnicos, discentes, gestores e parceiros.



Em suma, esse princípio é compreendido como parte da qualificação da gestão, e ancora-se no compartilhamento das informações institucionais e na definição de regramento consensuado para a alternância em postos de gestão educacional, como coordenação de programas e cursos. Ademais, defende a livre expressão de ideias, a pluralidade de opiniões e o contraditório, em conformidade com os ideais democráticos, dos direitos humanos e constitucionais. Docentes, discentes, técnicos e parceiros devem exercer livremente o direito à troca de ideias e argumentação de forma respeitosa, não agressiva, nos espaços educacionais, de trabalho e de convivência.

Finalmente, democracia e participação social são princípios inerentes ao SUS e cabe à EGF-Brasília promover ações formativas que sustentem e fortaleçam a participação social e a cidadania.

## **Indissociabilidade entre educação, pesquisa e ação no território**

Ensino, aprendizagem e produção de conhecimentos são intrinsecamente interligados na ação educacional realizada por pesquisadores e profissionais que incorporam à sua prática docente os questionamentos, dúvidas e descobertas de suas investigações e da sua experiência profissional. Nesta perspectiva, pesquisa e educação encontram-se ainda imbricadas na capacidade docente de construir conhecimento sobre e a partir de sua prática em sala de aula.

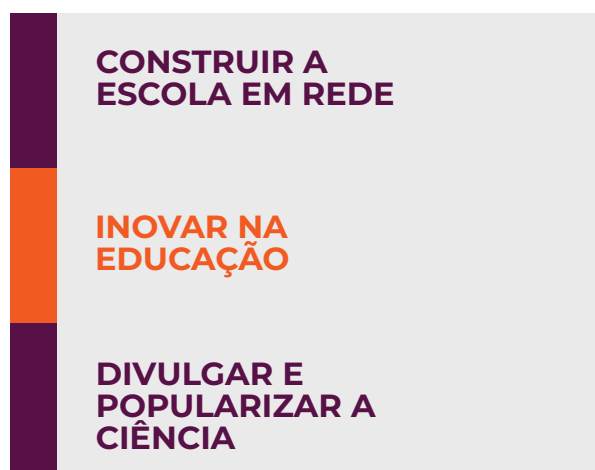
A ciência é considerada uma ferramenta de ação para transformar a realidade partilhada por docentes e discentes, sendo abordada criticamente, de modo a refletir sobre seu impacto no território, compreendido nas suas dimensões geopolítica, administrativa, ambiental, social e cultural. Tal abordagem implica que a ação educacional seja estruturada a partir de demandas e necessidades contextualizadas, com a interação da experiência profissional de docentes e discentes com a pesquisa científica e os diversos saberes que perpassam os espaços onde atuam.

O princípio de indissociabilidade entre educação, pesquisa e território propõe a construção de conhecimento socialmente relevante, a aproximação entre ensino e serviço, e a geração de tecnologias leves (sociais, educacionais, comunicacionais, informacionais) a serem apropriadas por aqueles que delas necessitem. O encontro entre educação e território abrange populações, políticas, sistemas e redes locais, regionais, nacionais e internacionais no diálogo entre academia, sociedade e governo.

## **Qualidade e integridade em pesquisa**

A qualidade na pesquisa se processa pelo atendimento aos critérios de validade e coerência entre construção do problema, escolha metodológica e rigor no seu desenvolvimento, bem como na submissão dos projetos de pesquisa ao Comitê de Ética em pesquisa, a fim de se resguardar os direitos dos sujeitos de pesquisa e os potenciais benefícios sociais dos seus achados.

## 2.3. Diretrizes da EGF-Brasília



### > Construir a Escola em rede

Refere-se à construção de relações de cooperação descentralizada, com propósito de fortalecimento da ação educacional institucional, a fim de que haja maior integração entre programas e cursos, disciplinas e recursos educacionais produzidos pelas diferentes Unidades da Fiocruz.

Além de maior integração e cooperação interna, busca-se construir parcerias com outras Escolas de Governo e de Saúde Pública, Universidades, Institutos Federais, instituições educacionais, inclusive com as instituições da educação básica, sociedade civil organizada e

demais atores educacionais nos territórios, de modo a agregar competências, construir conhecimento e atuar de forma complementar e sinérgica diante das necessidades de formação em saúde.

A Fiocruz ampliou sua presença no território nacional e visa contribuir para a diminuição das desigualdades regionais. É primordial ampliar, diversificar e flexibilizar as ofertas educacionais, bem como mobilizar os recursos institucionais existentes para impactar na qualidade da formação em todo o território nacional.



## > Inovar na educação

A inovação associada à criatividade consiste na capacidade de abertura a novos temas, públicos, finalidades e espaços educacionais; no uso e criação de tecnologias, assim como na busca de aprendizagem institucional, investimento na avaliação, na formação docente, no questionamento de certezas estabelecidas, na experimentação de novos caminhos e na disposição da Comunidade-Escola para encontrar a melhor solução que venha responder à singularidade das demandas educacionais dos territórios onde atua.

Torna-se imprescindível desenvolver o espírito inovador e criativo na formulação e desenho das ofertas educacionais por meio da garantia da qualidade da educação e acompanhamento das transformações da sociedade, espelhadas nas expectativas e necessidades de formação. Nesse sentido, procura-se ampliar a capacidade de oferta local, regional, nacional e internacional.



Nos últimos anos, a inovação na Escola de Governo Fiocruz - Brasília se manifesta, em particular, nas ações de ampliação e de qualificação das ofertas de educação a distância e do ensino híbrido, na experimentação pedagógica com foco na atividade e participação discente e na promoção de experiências educacionais integradas às necessidades e aprendizagens do cotidiano do serviço e da gestão no campo da saúde.

## > Divulgar e popularizar a ciência

Diz respeito ao compartilhamento do conhecimento científico produzido e ao propósito de reforçar sua interação com a sociedade e dialogar com outros saberes. Esse movimento de abertura e diálogo situa o “fazer ciência” na sua historicidade e contexto social, como parte da cultura. Dessa forma, as discussões sobre sua prática e resultados, bem como sobre relevância e impacto na sociedade, devem extrapolar os espaços fechados aos especialistas e envolver toda a sociedade.



## 2.4. Referências conceituais e metodológicas do ensino aprendizagem



A EGF-Brasília apresenta uma diversificada gama de oferta e de demanda quanto aos seus cursos, investigações, objetivos, conteúdos, modalidades e ações desenvolvidas nos territórios com os estudantes – profissionais e parcerias da sociedade civil e órgãos públicos. Esses fatos implicam em construir variados itinerários formativos e curriculares, caracterizados pela complexa multidisciplinaridade dos objetos e de suas metodologias de apreensão, compreensão e constante atualização, face às rápidas e profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas com que se defrontam profissionais, docentes e o trabalho no setor saúde e educacional.

A concepção de Educação que inspira e direciona a EGF-Brasília situa-se claramente no campo crítico, na medida em que seu compromisso democrático exige um fazer educacional não restrito à reprodução das relações sociais vigentes.

Uma de suas principais características é a intenção de superar a descontextualização e abstração do conhecimento. Na tessitura de capacidades de leitura e intervenção sobre o mundo, em particular aquelas relativas ao campo da saúde, lança-se mão de conhecimentos validados cientificamente e legitimados socialmente, mas também de experiências e saberes diversificados. Desse modo, as práticas educativas têm como finalidades possibilitar dialogar e apropriar-se de diferentes saberes, incluindo os científicos, ressignificá-los e transformá-los em função dos desafios identificados e da experiência vivida, tendo em vista o horizonte ético-político da construção da saúde como um direito de cidadania.

Compreende-se a saúde no âmbito do tensionamento socioambiental, cultural, político e biológico, relativo à busca por autonomia e bem-estar, na perspectiva do direito à vida. Os problemas e fatores intervenientes na produção de qualidade de vida e exercício pleno do direito à saúde não podem ser observados, compreendidos ou mesmo solucionados a partir de disciplinas científicas estanques ou de setores de ação fragmentados. Ou seja, os desafios da saúde transbordam o setor saúde e a abordagem disciplinar.

Em consonância com os processos educativos da Fiocruz, “seus itinerários formativos apresentarem múltiplas referências, com variadas bases teórico-metodológicas” (PDI 2016-2020, p.98), todavia, mantendo sua unicidade e identidade enquanto Escola de Governo para saúde. Nesse sentido, as principais referências educativas para a formação de pessoal em saúde se ancoram nos postulados da saúde coletiva no contexto do território; da educação permanente em saúde; da complexidade, intersetorialidade e multirreferencialidade; e da pedagogia crítica, dialógica e reflexiva.

Como os sujeitos e contextos da relação pedagógica se modificam - com objetivos, prioridades, necessidades, recursos disponíveis variantes - a construção da relação e das situações de ensino-aprendizagem são objeto permanente de atualização, invenção, inovação, transformação. Dessa forma, o papel docente é de criação e transformações e não de reprodução. Para tal, se torna importante o exercício de uma abordagem enraizada no diálogo, na valorização do intercâmbio de experiências e saberes profissionais nas situações de aprendizagem, de sorte a otimizar as trocas entre os estudantes - que, em geral, são também profissionais - os docentes e gestores com conhecimento no campo da saúde e das políticas públicas.

Esse projeto político pedagógico se ancora na relação entre democracia e educação, na importância da pluralidade de ideias, da abertura e valorização do debate público como dimensões essenciais dos processos formativos. A democracia, nesse contexto, refere-se aos modos de governo que promovem a auto determinação dos povos, o que implica a garantia de certos atributos essenciais, quais sejam, a participação efetiva dos cidadãos, a igualdade de voto, a promoção de condições para adquirir compreensão esclarecida sobre assuntos de interesse público, a possibilidade de exercer controle sobre o planejamento da ação pública e a inclusão dos adultos na vida política e social (DAHL, 2001).

Tais processos não são estáticos, estão em constante construção e desenham novos horizontes alicerçados no direito a ter direitos, força motriz do exercício democrático (COUTINHO, 2006, p. 20). Assim, a democracia, a participação e a cidadania consistem, sobretudo, em um valor: Ela [a democracia] não era somente base de um novo contrato social e um conjunto de “regras do jogo”, mas também uma pedagogia para a luta e para a transformação social. Ensinaria aos homens o valor dos “outros”, a dignidade das pessoas, a tolerância, a relevância do diálogo, a complexidade da política e do político – fatores que se revestem de um extraordinário poder de contestação e de agregação cívica (NOGUEIRA, 2013, p.15).

Como afirma Carlos Nelson Coutinho, trata-se de um projeto de democratização das relações sociais, com fortes implicações culturais e nos modos de sociabilidade praticados. Desta forma, a cidadania é condição necessária e inalienável da democracia. Erigida sobre o princípio da dignidade humana, é ao mesmo tempo universal e multicultural, o que significa dizer que ela não pode ser reduzida a “algo homogêneo, uniforme e restrito a um território” (GOREZEVSKI, 2011, p.110). Ao contrário, a noção de cidadania

pressupõe liberdade de manifestação, de contestação, respeito a todos integrantes da comunidade, aos seus credos, aos seus valores, às suas culturas, tendo em vista que não pode ser dada ou outorgada, mas é construída e conquistada por meio da participação política dos sujeitos (GOREZEVSKI, 2011, p.110).

Essa compreensão evidencia o papel da educação na sociedade, principalmente no que diz respeito à desconstrução das relações de poder de caráter colonial que conformaram a história brasileira e suas instituições de Estado. Conforme o artigo 205 do texto constitucional:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.123).

Por fim, ressalta-se que os referenciais teórico-metodológicos norteadores das práticas educativas da EGF-Brasília afirmam a autonomia acadêmica como condição para construção de uma relação emancipatória e ética com o conhecimento e com as diferentes tecnologias. Nesse sentido, os referenciais aqui apresentados são compreendidos como pontos de convergência e um convite ao diálogo e à construção coletiva, e de modo algum significam uma definição acabada ou que exclua novas articulações e proposições teórico-metodológicas.

- **Saúde Coletiva e território**
- **Educação permanente em saúde (EPS)**
- **Complexidade, intersetorialidade e multirreferencialidade**
- **Pedagogia crítica, dialógica e reflexiva**
- **Pluralidade metodológica e metodologias ativas**

## > Saúde Coletiva e território

A Saúde Coletiva na sociedade brasileira é comprometida com a ampliação e aprofundamento do Sistema Único de Saúde-SUS, e como tal se baseia na abordagem teórico-metodológica territorial, visto que

Neste sentido, a aplicação do conceito de determinantes sociais como proposta de atuação da Fiocruz no território em seu entorno (como projeto piloto) torna-se um desafio e pode ser visto como uma valiosa contribuição para o avanço do processo de reforma sanitária brasileira e para a construção de uma sociedade mais humana e justa (VII Congresso Interno, 2014, p.18).

Nas palavras de Santos e Silveira (2001, p.12) apud GODIM (2011, p.212) “(...) o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado”. Isto é, não faz sentido pensar no território como mera marcação de uma área, é preciso reconhecer processos e territorialidades que muitas vezes transgridem as normas e os limites impostos por determinados atores.



O que irá delimitar o território de produção social da saúde são os diálogos e as pactuações que possam ser realizadas entre os atores que produzem a vida do lugar. Da mesma forma, as intervenções de saúde só serão efetivas se compreendidas, visualizadas e apropriadas no território por formuladores e usuários (gestores, profissionais e população) das distintas estruturas prestadoras de serviços de saúde. Esses territórios apresentam não só uma extensão geométrica, mas sobretudo um conjunto de perfis - demográfico, epidemiológico, administrativo, tecnológico, político, social e cultural, que os caracteriza e se expressam no espaço em permanente transformação.

A primeira definição enfatiza a dimensão concreta do território. A segunda, a sua dimensão relacional, o seu caráter dinâmico, não estático. Outra categoria de análise do território é a sua dimensão simbólica e afetiva, como a questão do pertencimento e a formação de identidade cultural. Na verdade, as visões são complementares e indissociáveis.

Antes do SUS, ainda que os serviços de saúde se organizassem numa base territorial, o foco da organização para oferta dos serviços eram as capitais e as grandes cidades, e não o território. Esta dinâmica, além de gerar disparidades entre territórios e iniquidades entre populações, excluía a possibilidade estratégica de organização territorial. Com o SUS, busca-se construir uma política pública para resolver os problemas de saúde, reduzir as disparidades territoriais e as iniquidades de grupos populacionais - o que requisita considerar a singularidade do território estudado, bem como sua dimensão de universalidade.

É no território vivido que se estabelecem as relações sociais de poder fundadas na dominação e exploração de classe, de raça, de gênero. Também é no território que os recursos geradores da vida como a saúde, a terra, a água potável, as sementes, as florestas e a qualidade ambiental estão ficando mais sob o poder e o controle de atores não-estatais do que de pessoas e grupos sociais tidos como responsáveis pela proteção ambiental e o bem-estar dos indivíduos e de coletividades. Situação semelhante acontece com as políticas públicas se considerar que em muitas situações o Estado passou a retirar a regulação, privatizar serviços públicos e restringir a participação e o controle dos cidadãos. Todas estas questões permeiam as discussões pedagógicas e as práticas de saúde e interferem nos padrões de saúde das pessoas, grupos sociais, povos e comunidades, assim como nos níveis de atenção à saúde direcionados à população.

Nessa perspectiva, os processos formativos são orientados pela abordagem conceitual de território, enquanto recurso metodológico sob o propósito de melhor compreender os sentidos que os atores sociais locais atribuem aos lugares e às suas experiências existenciais. Adota-se a determinação social da saúde para observar o acesso das pessoas aos bens e serviços públicos, para pensar a relação serviço-comunidade, para construir soluções para os problemas locais e, sobretudo, poder contribuir para a transformação econômica, sanitária, socioambiental e cultural desses lugares.

Essas múltiplas dimensões são imprescindíveis para garantir que as políticas públicas e os serviços públicos cheguem ao território, tornando-os mais participativos, resolutivos e acessíveis à população, construindo caminhos para que o direito à saúde seja, de fato, universal, integral e equânime.

## ➤ Educação Permanente em Saúde (EPS)

A ação educacional da Escola de Governo Fiocruz - Brasília baseia-se na relação entre o desenvolvimento humano e a qualificação de políticas públicas, tendo em vista a importância da inclusão e da ação dos diferentes sujeitos e coletivos nessa construção democrática. Com isso, a formação dos atores implicados na formulação, implementação e avaliação das políticas ganha relevância, já que constitui dimensão central para sua efetividade, o que abrange tanto os profissionais envolvidos, como a população beneficiária das ações. Pode-se então diferenciar dois escopos interrelacionados e igualmente relevantes do ponto de vista da ação de Estado no tocante aos processos formativos necessários para o fortalecimento de políticas públicas: por um lado, tem-se a qualificação profissional dos técnicos e gestores envolvidos em suas ações; por outro, são necessários esforços educativos orientados para promoção da cidadania no campo da educação popular. Por esse motivo, a noção de desenvolvimento humano que orienta as ações formativas inclui a qualificação profissional como objetivo educacional associado ao exercício da cidadania para promoção e garantia do direito à saúde.



O conceito de trabalho é abordado para além de uma apreensão instrumental e tecnicista, que seria traduzida em treinamentos fragmentados, direcionados para a adaptação dos sujeitos a demandas e contextos laborais. Trata-se de uma concepção que não se reduz à noção de profissão ou atuação profissional, mas abrange a ação e a relação social, organizadas em determinados modos de produção da realidade social, que incidem na construção do direito à saúde como um direito humano.

Do ponto de vista conceitual, saúde remete às seguintes dimensões: saúde como campo de práticas profissionais, políticas, individuais e coletivas; e saúde como objeto do conhecimento e de saberes diversos, como experiência e elemento de construção da subjetividade. Na sua positividade, a saúde sugere uma existência biológica, dinâmica e funcional, ancorada permanentemente nas interações socioambientais; movida por sentidos e desejos, espiritualidade, intencionalidade, autonomia e capacidade reflexiva para pensar a si e ao mundo, e nele atuar. Desse modo, a saúde é um conceito multidimensional e relacional, que opera representações socialmente construídas e atua no plano das expectativas, da delimitação de fronteira entre saúde e doença e na atribuição de responsabilidades entre indivíduos e o Estado (CONTANDRIOPOULOS, 2006).

Nesta perspectiva, ser saudável é estar em condições de realizar tudo que o gênero humano apresenta como possibilidade de realização, é ser capaz, psíquico-fisiologicamente. A compreensão desta capacidade remete à identificação dos processos de determinação social da saúde, sobre os quais se produz a vida humana em sociedade. Trata-se, por conseguinte, de entender “as relações sociais historicamente dadas que estão a determinar as condições de existência, sob determinado modo de produção” (ALBUQUERQUE, et al, 2014, p.959).

Desta forma, busca-se traçar caminhos para uma educação que fomente nos sujeitos envolvidos a responsabilidade técnica, científica, social e ética de sua atuação no campo das políticas públicas. Um propósito que convoca uma relação reflexiva e solidária com os territórios geopolíticos e com as populações e comunidades que neles habitam, por meio da análise dos processos de trabalho, e do empenho em produzir soluções para superação dos problemas identificados de forma colaborativa e crítica.

A educação permanente em saúde é uma referência conceitual importante para as atividades da escola, em consonância com a política nacional que orienta as ações educacionais no SUS. Tal noção responde à necessidade contemporânea de processos formativos ao longo da vida, capazes de apoiar os sujeitos no desenvolvimento de competências para acompanhar e intervir nas intensas transformações que caracterizam o mundo do trabalho contemporaneamente. Aqui se faz presente uma concepção ampliada de conhecimento, uma vez que a noção de competência, não obstante seus diferentes matizes teóricos, necessariamente reporta a capacidade de mobilização de recursos e saberes para a ação situada, contextualmente oportuna e eficaz.

Segundo a EPS, o trabalho é entendido como um princípio educativo, no sentido de ser uma referência necessária para que a relação entre prática social e construção do conhecimento seja realizada de forma emancipatória. Em termos metodológicos, tal posicionamento se traduz em processos formativos ancorados na relação intrínseca entre teoria e prática, de modo a possibilitar que os sujeitos da aprendizagem se apoderem das bases materiais e intelectuais da ciência.

Nessa perspectiva, a relação com o conhecimento é inseparável da ação e da reflexão sobre seus efeitos e desdobramentos nas políticas públicas, o que demanda o alargamento do próprio conceito de aprendizagem, que deve integrar conhecimentos científicos, saberes, experiências e fazeres.

Nesse contexto, as aprendizagens significativas ocorrem quando os sujeitos do processo são envolvidos crítica e criativamente na construção de relações. Entende-se por experiência a vivência e a ação cotidiana que possibilitam (re)significar de modo singular um conhecimento e, com isso, transformar tanto o conhecimento como seu sujeito.



Ao praticar o aprender a aprender, e aprender fazendo - base da aprendizagem significativa - os sujeitos se autonomizam e criticamente buscam e constroem conhecimentos que lhes façam sentido e lhes possibilitem achados e soluções para os seus problemas, bem como o desenvolvimento de protagonismo ativo e criativo. Nesse sentido, a promoção da aprendizagem significativa é inspirada em valores democráticos, e dialoga com a experiência dos sujeitos para que na diversidade de ideias práticas se construa a democratização do conhecimento, associada à construção de capacidades humanas para sua apropriação e para a ação ética na construção social e histórica dos direitos humanos nos territórios. Por consequência, essa prática educacional pretende ir além do desenvolvimento de atributos cognitivos, e inclui diferentes dimensões relacionais e atitudinais.





## Complexidade, intersetorialidade e multirreferencialidade

Tais referências buscam superar a fragmentação e a redução do pensamento às dualidades, por meio da construção de redes de relações entre diferentes saberes, sujeitos e contextos. Assim, o horizonte é a reconexão de saberes compartimentalizados em uma perspectiva multirreferencial e complexa do conhecimento, face a diversidade de saberes que configuram o patrimônio e a experiência humanos. Nessa perspectiva, o conhecimento, diferentemente da visão hegemônica, não é “neutro, estático, universal e imutável”. Ele é concebido, ao contrário, “[...] como histórico, não-neutro, dinâmico e provisório. O conhecimento nunca é definitivo, mas um produto da humanidade, estando sempre ligado a circunstâncias históricas, que são dinâmicas como o são os indivíduos que o vivenciam e o projetam (SANTOS, 2008, p.76).



Nesse sentido, a qualificação da educação em saúde requer a tessitura cotidiana de um ambiente balizado pela ética da diferença, uma postura que aceita e valoriza a necessidade dos trânsitos para que a construção de conhecimentos possa aproximar-se das respostas mais pertinentes às problemáticas complexas. Para tanto, se criam ambientes de aprendizagem com intervenções agregadoras, nutridos pela cooperação e colaboração. A transdisciplinaridade, adotada como uma referência que fomenta compreensões ampliadas de temas comuns, transversais, é um guia na reflexão sobre a complexidade das dimensões da realidade, dos sistemas abertos. Aponta, por conseguinte, para a necessidade de modos de comunicação para além das fragmentações disciplinares.

Nessa mesma direção, a noção de intersetorialidade se relaciona a transformações no modo de agir no mundo, diante de um novo paradigma social e epistêmico, em que os objetos são redes de relações e a realidade, uma teia complexa de relacionamentos (JUNQUEIRA, 2000). Enquanto abordagem na gestão, considera a necessidade de construir políticas públicas capazes de integrar atores, práticas e conhecimentos de campos diversos, na resposta a problemas sociais complexos (MORIN, 1996). A complexidade da vida, nessa abordagem, escapa às ordens disciplinares do conhecimento, assim como aos mandatos de um único setor do Estado, atravessando fronteiras e desafiando a capacidade de rever arranjos e relações possíveis.

As políticas intersetoriais são aquelas que, não apenas mobilizam recursos de múltiplos setores, como a educação, a assistência social, a economia, a cultura, o meio ambiente, a saúde, a justiça, a ciência e tecnologia, entre outros, mas que se expressam em ações territorializadas, com participação, controle social e construção de novas redes de cooperação.



Intersetorialidade implica coparticipação efetiva, ou seja, fazer parte da gestão, da produção e do usufruto compartilhado de algo ou de um processo (DIAS et al., 2014). Segundo Akerman e colaboradores, a intersetorialidade poderia ser definida como um modo de gestão desenvolvido por meio de processo sistemático de articulação, planejamento e cooperação entre os distintos setores da sociedade e entre as diversas políticas públicas para atuar sobre os determinantes sociais (AKERMAN, et al., 2014).

## ➤ **Pedagogia crítica dialógica e reflexiva**

Trata-se aqui da concepção de educação como processo humanizador, cujo horizonte é o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, por meio de modos democráticos de sociabilidade, forjados na relação entre prática social e construção compartilhada do conhecimento. Embora não haja um único modo de a viabilizar, determinados atributos metodológicos precisam ser resguardados nos processos formativos. Destacam-se essencialmente dois. O primeiro deles é a **dialogicidade**, compreendida como uma forma de comunicação baseada no reconhecimento do outro, de suas experiências e saberes. A dialogicidade é uma condição para que o direito de “pronunciar o mundo”, em termos freirianos, se exerça nos processos educativos, o que pressupõe encontro e respeito entre sujeitos (FREIRE,1974).

A **reflexividade** é o segundo atributo metodológico necessário. Corrobora com a intenção de propiciar uma relação crítica com o conhecimento, a partir de sua contextualização e ressignificação prática, onde são entrelaçados saberes acadêmicos, especializados e oriundos da experiência. A reflexividade é construída como disposição interna, nutrida pela sensibilidade e intuição na relação com o outro, com as incertezas e com a singularidade nos processos de trabalho. A reflexão implica a relação entre pensamento e a ação, o deslocamento e o estranhamento de aspectos naturalizados no cotidiano e nas relações sociais. Na perspectiva da educação, a reflexividade é, simultaneamente, atributo resultante da ação formadora e meio promotor, pelo qual ela se constrói, uma habilidade a ser fortalecida por uma abordagem educacional voltada para formar profissionais reflexivos. (SCHÖN, 1983).

A reflexividade e a dialogicidade vinculam-se à proposta de uma educação voltada para a autonomia, onde os sujeitos de aprendizagem se empoderam para agir nos espaços do trabalho e no mundo onde se inserem, em sintonia com princípios de diálogo e emancipação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

## > Considerações sobre pluralidade metodológica e as metodologias ativas

Os atributos teóricos metodológicos acima apresentados, reforçam o espaço criativo e autoral de docentes e discentes na construção compartilhada da relação ensino-aprendizagem. O Projeto Político Pedagógico (PPP) registra elementos estruturantes do pensamento sobre como é possível aprender e sobre a natureza dos objetos de construção de conhecimento no campo da saúde e das políticas públicas. Nesta perspectiva, entendemos como metodologias ativas um conjunto de recursos e tecnologias de apoio à relação ensino aprendizagem que trabalham na perspectiva da dialogicidade e da reflexividade, de modo amplo, não limitados a uma única metodologia, mas que inclui um conjunto de experiências a serem apropriadas, a exemplo da aprendizagem com base em problemas (PBL), sala de aula invertida, aprendizagem com base na cooperação (TBL), entre tantas possibilidades, de acordo com os sujeitos de aprendizagem e seu contexto.





## 3. Campos de Atuação

## 3. Campos de Atuação

### 3.1. Competências

As competências da EGF-Brasília, definidas no Art. 2º de seu Regimento Interno, são as seguintes (FIOCRUZ BRASÍLIA, 2015, p.2)



- I. Realizar atividades de altos estudos, de modo a contribuir para o processo decisório relativo ao SUS, inclusive no que se refere às ações intersectoriais;
- II. Promover cursos e atividades educativas para formação permanente e continuada de gestores e lideranças sociais da área da saúde e afins;
- III. Pesquisar e propor novas metodologias e estratégias para a formação, capacitação, e desenvolvimento de servidores públicos e lideranças sociais e afins.
- IV. Efetivar ações de apoio técnico e assessoria, a fim de contribuir para elevação da capacidade gerencial, produção de novas tecnologias administrativas e desenvolvimento organizacional do SUS;
- IV. Estabelecer parcerias com outras instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais de reconhecida competência.

## 3.2. Natureza da Oferta

Às vésperas de completar uma década, a EGF-Brasília tem um campo de atuação que resulta do ambiente de construção da instituição Fiocruz no Distrito Federal. Atualmente, é considerada uma das instituições públicas mais reconhecidas e respeitadas na capital federal, por liderar um conjunto de atividades de formação voltado para a ciência, tecnologia e inovação em saúde - CT&I em Saúde.

A EGF-Brasília tem se proposto a pensar o setor saúde inserido em um contexto local, regional, nacional e global de profundas e rápidas transformações políticas, econômicas, sociais, ambientais, culturais e tecnológicas. Tem-se desafiado a propor, por meio da pesquisa e do ensino, estratégias para superação das iniquidades sociais que atingem de forma desigual as populações, povos, comunidades, grupos sociais e pessoas; bem como a formação e empoderamento de populações vulneráveis, para que possam construir e lutar por mudanças na sua realidade.

A Escola se caracteriza pela abrangência do seu escopo de a

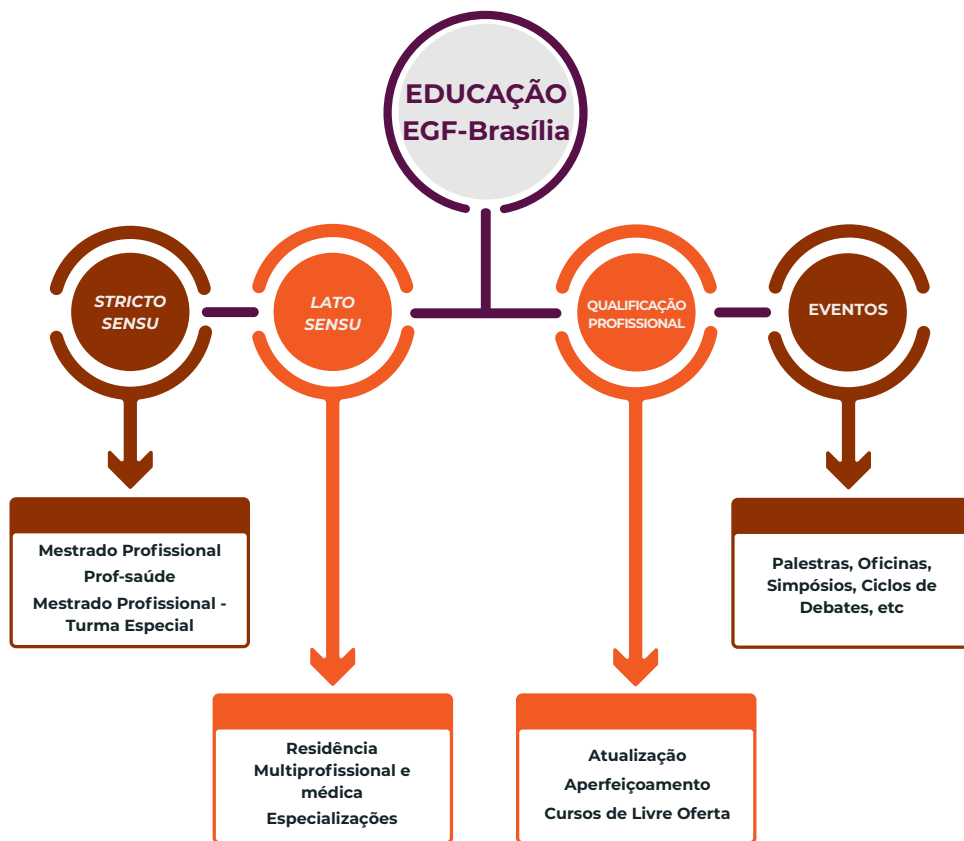
atuação, aqui apresentado segundo a natureza dos cursos que oferta; as modalidades disponíveis (Educação a distância – EAD, Presencial e Híbrida); a diversidade de sujeitos da formação e territórios contemplados; bem como os temas de pesquisa desenvolvidos por docentes e discentes. Considera-se, ainda, os parceiros na realização das ofertas. O delineamento deste campo constitui um processo dinâmico que, seguindo os seus princípios e valores estruturantes, está aberto a transformações permanentes.

Os cursos ofertados à Comunidade-Escola são concentrados nas áreas de conhecimento das Ciências da Saúde e Ciências Humanas e Sociais, na perspectiva da pós-graduação, da educação continuada e permanente e da educação popular em saúde.

As ofertas podem, ainda, ser de caráter regular ou eventual, resultantes de iniciativas da própria unidade ou por demandas externas, em parceria entre unidades, ou em rede com outras instituições.



Figura 1. Natureza das ofertas da Escola de Governo Fiocruz - Brasília, 2020



Fonte: Elaboração dos autores (2020).





## 3.2. Natureza da Oferta

### 3.2.1. Pós-graduação *Stricto Sensu*

As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996.). Ao final do curso o aluno obterá diploma.

Quadro 2 – Cursos *Stricto Sensu*, EGF-Brasília, 2020.

	<p><b>MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE</b></p> <p>Área de concentração em Políticas Públicas em Saúde, composta por duas linhas de pesquisas: Saúde e Justiça Social e Vigilância e Gestão em Saúde</p>
	<p><b>MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE - TURMA ESPECIAL</b></p> <p>Parceria com o Instituto Aggeu Magalhães - Fiocruz Pernambuco</p>
	<p><b>MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA EM REDE NACIONAL (PROFSAÚDE)</b></p> <p>Para o Distrito Federal e Mato Grosso</p>

Fonte: Elaboração dos autores (2020).



## **Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde**

Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde (PPGPPS) o curso tem duas linhas de pesquisas: 1) Saúde e Justiça Social e 2) Vigilância e Gestão em Saúde, cujos objetivos são:

- Aprofundar o conhecimento técnico-científico e prover formação de alta qualificação para o exercício das atividades de magistério de ensino superior e profissional nos campos das Políticas Públicas em Saúde.
- Apoiar o desenvolvimento de habilidades para executar pesquisas operacionais.
- Desenvolver processos, produtos e metodologias na área de concentração do curso.

## **Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde - Turma Especial**

Esse curso é desenvolvido em parceria com o Instituto Aggeu Magalhães-Fiocruz Pernambuco, com o objetivo de preparar profissionais para atuar como formadores e indutores de processos de mudança em seus espaços de trabalho, mediante a adoção de novos conceitos e práticas, desenvolvendo produtos de alta aplicabilidade no contexto do Sistema Único de Saúde.

## **Mestrado Profissional em Saúde da Família em Rede Nacional (PROFSAÚDE)**

A EGF-Brasília compõe a rede nacional constituída de 22 Instituições Públicas de Ensino Superior lideradas pela Fiocruz a ofertar este curso. Esse Mestrado, em rede e na modalidade híbrida, visa proporcionar a formação em Saúde da Família, para profissionais atuantes na Atenção Básica e Saúde da Família, e tem como objetivo prover uma formação articulada com a prática na atenção, exercitando a docência na rede básica de saúde, seja por meio de atividades de Educação Permanente em Saúde para as equipes de saúde, seja por meio de preceptorias em parceria com IESs.

## 3.2. Natureza da Oferta

### 3.2.2. Pós-graduação *Lato Sensu*

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* destinam-se a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências dos processos seletivos da Fiocruz.

- **Cursos de Especialização** têm, no mínimo, 360 horas e são regidos por regulação específica do MEC, pelo Regimento Geral da Pós-Graduação *Lato Sensu* da Fiocruz e pelo Regulamento da Pós-Graduação da Escola de Governo Fiocruz - Brasília.
- **Residências Multiprofissional e Médica** constituem programas de cooperação intersetorial para favorecer a inserção qualificada dos profissionais da saúde no mercado de trabalho, particularmente em áreas prioritárias do SUS. As residências multiprofissionais e médicas são regidas por regulamentação interministerial de ambos Ministérios, da Educação e da Saúde, por Regimento Geral da Fiocruz, por Regimento Interno da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU) e por Regimento Interno da Comissão de Residência Médica (COREME), com carga horária mínima de 5.760 horas.



Quadro 3 - Cursos *Lato Sensu*, EGF-Brasília, 2020

1	ESPECIALIZAÇÃO EM <b>SAÚDE COLETIVA</b> Categoria: Especialização   Carga horária: 360
2	ESPECIALIZAÇÃO EM <b>EPIDEMIOLOGIA APLICADA AOS SERVIÇOS DO SUS (EPISUS-INTERMEDIÁRIO)</b> Categoria: Especialização   Carga horária: 544
3	ESPECIALIZAÇÃO EM <b>COMUNICAÇÃO EM SAÚDE: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS, AGENDAS E DESAFIOS</b> Categoria: Especialização   Carga horária: 370
4	ESPECIALIZAÇÃO EM <b>DIREITO SANITÁRIO</b> Categoria: Especialização   Carga horária: 466
5	RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM <b>GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE</b> Categoria: Residência   Carga horária: 5760
6	RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM <b>SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS</b> Categoria: Residência   Carga horária: 5760
7	RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM <b>SAÚDE DA FAMÍLIA COM ÊNFASE EM SAÚDE DA POPULAÇÃO DO CAMPO</b> Categoria: Residência   Carga horária: 5760
8	PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM <b>MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE</b> Categoria: Residência   Carga horária: 5760
9	PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM <b>ATENÇÃO BÁSICA</b> Categoria: Residência   Carga horária: 5760

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

> **Cursos de Qualificação** contemplam cursos de livre oferta direcionados aos profissionais da saúde, em particular, e à comunidade em geral, com o objetivo de atender às demandas por formação, condicionados à capacidade de aproveitamento e não necessariamente, a determinado nível de escolaridade. A carga horária e pré-requisitos deverão ser definidos para cada curso em conformidade com os objetivos, currículo e público-alvo a ser atendido, em concordância com a legislação em vigor. Os cursos de Qualificação (aperfeiçoamento, atualização e desenvolvimento) caracterizam-se pela sua condição de educação permanente, desenvolvimento técnico-científico e formação profissional para o SUS e áreas correlatas à saúde, ciência e tecnologia (Regimento dos Cursos de Qualificação da Fiocruz, 2020; PDIE 2021-2025). Na Escola de Governo Fiocruz - Brasília contamos com as seguintes modalidades:

**a) Cursos de Atualização** possuem natureza de formação continuada que tem por objetivo a atualização de saberes, práticas e/ou técnicas de trabalho necessários ao desempenho de atividades profissionais ou acadêmicas. Devem ter, no mínimo, 30 horas e são regidos pelo Regulamento da Pós-Graduação da Escola de Governo Fiocruz - Brasília.

**b) Cursos de Aperfeiçoamento** possuem natureza de formação continuada, que tem por objetivo o aprofundamento de saberes, aptidões e/ou técnicas já adquiridas em determinadas habilitações ou área profissional ou acadêmica. Devem ter, no mínimo, 180 horas e são regidos pelo Regulamento da Pós-Graduação da Escola de Governo Fiocruz - Brasília.

### 3.3. Educação a distância - EAD

Atualmente, o conceito de Educação a distância refere-se ao processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos, fisicamente separados, no espaço e no tempo, estão conectados pela internet (MORAN, 2002).

A proposta de situações nas quais o processo de ensino-aprendizagem independe da presença síncrona entre educadores e educandos não é uma novidade. Embora registros de práticas educacionais informais, realizadas pela troca de cartas, remontem à Antiguidade greco-romana, foi na segunda metade do século XIX, com a revolução industrial e o rápido processo de urbanização, circulação de pessoas e transformação tecnológica da sociedade, que na Alemanha e nos Estados Unidos foram iniciadas ações institucionalizadas de educação a distância, voltadas ao ensino de línguas por correspondência e de atividades de extensão universitária. No Brasil, nos anos 20, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada por Roquete Pinto, inaugurou uma ação sistemática de radiodifusão com finalidade educativa, seguida por uma série de experiências com utilização de outros meios de

comunicação de massa, como aulas ou recursos educacionais diversos transmitidos pela televisão, vídeo, CD-ROM, telefone ou fax, até alcançarmos as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o desenvolvimento de um espaço social de interação inédito: a realidade virtual (Saraiva, 1996; Belloni, 2002).

A reflexão sobre a natureza, potenciais e desafios da EAD deve situar-se no campo dos debates sobre o impacto da ciência e da tecnologia no modo de vida das pessoas, considerando o papel das tecnologias na inovação educacional, diante de mudanças estruturantes da sociedade e dos modos de socialização que pavimentam a participação no tecido social. As relações entre processos educacionais e tecnologias resultam (de) e mobilizam transformações tecnológicas, sociais, culturais, políticas e econômicas nas sociedades. Sua análise deve, ainda, considerar os contextos socioculturais nos quais se enraízam os processos educacionais, de modo a evitar o recrudescimento das desigualdades no Brasil.



É importante lembrar que educação a distância não equivale à disponibilização de materiais instrucionais, mas propõe a qualificação da relação pedagógica, dialógica e reflexiva, ampliando o acesso a conteúdo, com maior grau de autonomia do educando na condução de seu processo de aprendizagem. Oferece recursos a serem explorados na perspectiva de alcançar necessidades de formação de grupos diversos, espalhados por todo o país, com maior eficiência para o fortalecimento do SUS.



Além da EAD, temos a educação semi-presencial ou híbrida onde uma parte das atividades acontecem presencialmente e uma parte a distância, mediada por tecnologias. Como exemplo, na EGF-Brasília, temos o Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde), que é um curso ofertado na modalidade híbrida, na qual 80% das atividades são a distância e 20% presenciais.

Pensando-se nos princípios seguidos pela EGF-Brasília e Gereb de promover Educação acessível a todos e a Ciência Aberta e Cidadã, é importante apresentar o conceito de Recursos Educacionais Abertos (REAs) que são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, disponibilizados em domínio público, ou licenciados de maneira aberta, podendo ser utilizados ou adaptados por terceiros, produzidos em qualquer programa ou mídia. A vantagem dos REAs é a possibilidade de reutilização em contextos diferentes daqueles inicialmente pensados quando de sua produção.

Como exemplos de REAs temos: cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento. Por serem abertos, podem ser utilizados por alunos, profissionais e até mesmo na produção de outros cursos.



Considerando-se a Pandemia da Covid-19 que, desde março de 2020, tem modificado o cenário educacional mundial, é importante apresentar também o conceito de Ensino Remoto Emergencial que não é sinônimo de ensinar a distância, embora esteja diretamente relacionado ao uso de tecnologia. O ensino remoto permite o uso de plataformas já disponíveis e abertas para outros fins, que não sejam estritamente os educacionais, assim como a inserção de ferramentas auxiliares e a introdução de práticas inovadoras. O tipo de recursos ou as estratégias escolhidas dependem da familiaridade do professor com essas tecnologias.

A Educação a Distância é uma modalidade importante para ampliar o acesso à formação permanente e continuada, assim como na perspectiva da educação ao longo da vida. Neste sentido, a Escola de Governo Fiocruz - Brasília busca, ano a ano, ampliar e aprimorar as ofertas a distância, assim como as híbridas e a produção de recursos educacionais abertos.



O Núcleo de Educação a Distância (Nead) integra a EGF-Brasília desde 2015 e é voltado para a construção de um processo sistêmico de desenvolvimento dos indivíduos, em termos valorativos, propondo tanto ações técnicas, específicas, quanto as que promovam, ao longo de um continuum, o aprimoramento do ser social, em termos éticos, sociais e ambientais. As metas fundamentais do Nead são:

- Atender às diversas demandas de formação da instituição para capacitar profissionais da Saúde Pública em competências técnicas e comportamentais, e disponibilizar o acesso à educação contínua e permanente, por intermédio das ações educacionais a distância, de sorte a romper as barreiras de espaço e de tempo;
- Fortalecer o vínculo entre ações educacionais, missão e planejamento estratégico da EGF-Brasília e desta com a Fiocruz. Além disso, disponibilizar oportunidades de aprendizagem aberta;
- Definir os princípios filosóficos e abordagens didático-pedagógicas que orientarão as ações educacionais do NEAD e assegurar a utilização das melhores práticas, tecnologias e metodologias educacionais da modalidade a distância;
- Definir os processos que norteiam as análises das demandas, produção, oferta e avaliação das ações educacionais da modalidade a distância. Nos casos das ações Educacionais ofertadas pelo Nead, também organizar a estrutura curricular, tendo em vista o desenvolvimento de competências para o trabalho;
- Assegurar a criação, captação, armazenamento e transmissão de conhecimentos com nível máximo de qualidade, para a melhoria efetiva dos desempenhos profissionais dos educandos;
- Difundir conhecimentos e tecnologias na área Formação e de Qualificação Profissional a distância em eventos específicos e compartilhar melhores práticas e soluções.
- Propor cursos na modalidade educacional a distância e buscar as concepções e metodologias que, além dos conhecimentos de natureza técnica, desenvolvam competências e valores relacionados à dimensão humana, essenciais à vida e à atuação consciente e participativa na sociedade civil.

Frente a essas metas, o Nead busca o desenvolvimento contínuo de práticas de EAD construídas com base nas seguintes dimensões: interatividade, cooperação e autonomia, em uma abordagem pedagógica orientada segundo a lógica de que na educação a distância é o sujeito quem constrói ativamente seu conhecimento na relação com o outro e na interação com o mundo. Essa abordagem, na qual diferentes atores dialogam, contribuem para circular diferentes conhecimentos, e tem por base a singularidade e pluralidade dos sujeitos, em suas facetas técnicas, pessoais, sociais, culturais, éticas e políticas.



O Nead tem se consolidado como grande facilitador do EAD e do Ensino Remoto Emergencial, realizando treinamentos e cursos de formação docente e da equipe de apoio acadêmico no uso dessas tecnologias, de modo a facilitar a adaptação das atividades presenciais da EGF-Brasília em contextos a distância ou híbridos. Um exemplo é a formação docente no uso do Moodle, ocorrido no início do segundo semestre de 2020.

Como medida de fortalecimento da EAD na EGF-Brasília, a representatividade no Fórum do GT EAD foi efetivada, em 2020, com a participação de uma pesquisadora e docente da escola, contribuindo na formulação do Regimento dos Cursos livres oferecidos pela Fiocruz na modalidade a distância. Por ocasião da pandemia, foi criado o GT Educação Remota, resultando na produção do curso “Ensino Remoto: caminhos e conexões”, oferecido pelo Campus Virtual. O objetivo do curso é orientar os educadores a atingirem os objetivos de aprendizagem de seus cursos presenciais, criando atividades e utilizando ferramentas digitais.

É importante ressaltar a integração que vem se consolidando entre a EGF-Brasília e a UNA-SUS, em especial a Secretaria Executiva. Composta pela tríade Rede UNA-SUS, Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (ARES) e Plataforma Arouca, a UNA-SUS busca democratizar o acesso ao conhecimento disponibilizando cursos inteiramente gratuitos, realizados na modalidade de educação a distância. A gama de ofertas inclui cursos abertos de extensão, aperfeiçoamento, especialização e até mestrados profissionais.

Pensando-se na cooperação entre a EGF-Brasília e a UNA-SUS, podemos citar como as principais iniciativas, atividades e produtos resultantes:

- Compartilhamento de servidores da SE com o Nead da EFG;
- Capacitação técnica para as equipes do Nead na utilização do Pacote Padrão UNA-SUS (PPU);
- Capacitação técnica de desenhistas instrucionais da UNA-SUS pelo Nead;
- Capacitação do Mapeamento de ações para o curso de População em Situação de Rua;
- A SE trabalhou na retaguarda da elaboração dos módulos do Mestrado Profissional em Saúde da Família, Prof-Saúde , ofertado na modalidade híbrida.
- O Nead é responsável pelo gerenciamento do AVA para três pólos do Prof-Saúde: Fiocruz-DF, Fiocruz-MS e ESCS;
- A SE compartilha algumas ferramentas de gerenciamento de projetos, como Gitlab e Basecamp, com o Nead;
- O Nead compartilha seu estúdio de gravações para as produções da SE;
- O Nead integrou recentemente a rede UNA-SUS, com a produção de 2 cursos a serem ofertados em 2021, a saber: População em Situação de Rua e Programa Educacional Modular de Hanseníase;
- Todas as ofertas educacionais produzidas pela SE são certificadas pela EGF-Brasília .

Até o momento, foram 25 produções, totalizando quase 560 mil matrículas e quase 300 mil concluintes. Essa experiência integradora foi recentemente compartilhada no II Seminário Virtual de Escolas de Governo, realizado pela Escola de Governo do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais, em outubro de 2020. Além disso, foi elaborado um capítulo sobre a integração UNA-SUS-EGF-Brasília a ser publicado no 6º Livro de Experiências da UNA-SUS, em comemoração aos dez anos da rede.

### 3.4. Perfil do corpo discente

O corpo discente da EGF-Brasília conta com estudantes de diferentes estados do Brasil, apresentando a seguinte composição, segundo a análise dos registros das matrículas na Secretaria Acadêmica:

Quadro 4 – Perfil do corpo discente da EGF-Brasília , 2020.

Trabalhadores do SUS de nível médio e superior que atuam nas três esferas federativas, majoritariamente graduados das Ciências da Saúde, da Saúde Coletiva e das Ciências Humanas e Sociais.
Gestores de todos os níveis de gestão do SUS, em especial, aqueles oriundos de áreas específicas do Ministério da Saúde, do Governo do Distrito Federal e de entidades representativas de gestores (CONASS, CONASEMS, COSEMS).
Trabalhadores do SUAS com atuação na gestão, no provimento de serviços e de benefícios.
Trabalhadores de outras áreas de conhecimento que, pelo exercício de função em instituições públicas ou privadas, demandam maior conhecimento sobre saúde pública e saúde coletiva: Direito, Pedagogia, Educação, Comunicação, Publicidade, Administração Pública, Desenvolvimento Social, Arquitetura, Engenharia Ambiental, Ambiente e Agricultura.
Trabalhadores da CT&I em saúde.
Procuradores e promotores do Ministério Público.
Participantes de movimentos sociais: movimentos do campo, florestas e águas; movimento estudantil; movimento popular de saúde; movimentos comunitários; movimento de mulheres, negros, LGBTQIA+ e indígenas.
Participantes do movimento sindical: Centrais sindicais, confederações, sindicatos de trabalhadores, entidades de profissionais da saúde.
Integrantes de redes sociais; Redes sociais intersetoriais do Distrito Federal, Articulação do Semiárido Brasileiro.
Estudantes de nível fundamental, médio (PBIC) e tecnólogos.

Fonte: Elaboração dos autores (2020).





## 3.5. Alcance territorial

As ofertas educacionais da EGF-Brasília têm alcançado abrangência de âmbito local, regional, nacional e internacional. Sua atuação no território abrange, em 2020, os seguintes campos:

- No Distrito Federal: 33 Administrações Regionais, com ênfase nas 7 Regiões de Saúde (Central, Centro-sul, Norte, Sul, Leste, Oeste, Sudoeste), sobretudo nas regiões administrativas que apresentam maiores iniquidades em saúde – Cidade Estrutural, Gama, Ceilândia, Planaltina, Sobradinho;
- Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) compreende uma rede que agrega 35 municípios e funciona como um canal de articulação de ações administrativas entre a União, os Estados de Goiás, Minas Gerais e o Distrito Federal, com o objetivo promover projetos de desenvolvimento integrado econômico e melhorias em políticas públicas na escala regional.
- Na Região Centro-oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso);
- Em territórios localizados em estados de outras regiões brasileiras, tais como, Paraty, Maricá, Manguinhos, Fortaleza, Caruaru, Picos/PI, e Ilha de Maré/Bahia;
- Em nível nacional, com ofertas de cursos presenciais e a distância, atende demandas em parceria com organismos governamentais, entidades e organizações da sociedade civil, que atuam e/ou têm representação nacional;
- Ao nível internacional, destacam-se os ciclos de debates do Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde e as experiências formativas em países de língua portuguesa, tais como o Curso Internacional de Atualização em Métodos de Consumo Alimentar e Antropometria de Crianças Menores de Cinco Anos, na cidade de Beira, na província de Sofala, Moçambique.



## 3.6. Investigação

Os cursos buscam manter relação com a produção técnico-científica das diversas áreas da Fiocruz Brasília, sendo atualizados à medida que novos desafios e novas temáticas são incorporadas às agendas de investigação do SUS, por interesse governamental e da sociedade civil. Esses campos reúnem um conjunto de eixos temáticos, fruto de reflexões teórico-conceituais, trajetórias institucionais e abordagens que se traduzem no cotidiano da Fiocruz Brasília.

Quadro 5 – Áreas temáticas de pesquisa na Fiocruz Brasília, 2020.

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASCOM)

Temas: Comunicação em saúde para o SUS; saúde, mídias e fake news; divulgação científica.

### PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E CULTURA (PALIN)

Temas: Antropologia, alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional.

### PROGRAMA DE DIREITO SANITÁRIO (PRODISA)

Temas: Judicialização da saúde; legislação em saúde; democracia sanitária.

### PROGRAMA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE (PECS)

Temas: Educação em saúde; saúde na escola; educação entre pares; educação popular; acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência; participação juvenil em saúde; popularização da ciência.

### PROGRAMA DE EVIDÊNCIAS PARA POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DE SAÚDE (PEPTS)

Temas: Avaliação de tecnologias em saúde; assistência farmacêutica; resistência antimicrobiana; síndromes respiratórias sinusiais.

### NÚCLEO DE EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE (NEVS)

Temas: Vigilâncias em saúde (sanitária, epidemiológica, ambiental, saúde do trabalhador(a) e laboratório de saúde pública); epidemiologia de campo; formação multiprofissional em epidemiologia; gestão de emergências e desastres em saúde.

### NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE BIOÉTICA E DIPLOMACIA EM SAÚDE (NETHIS)

Temas: Bioética e diplomacia em saúde.

### NÚCLEO DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (NUSMAD)

Temas: Saúde mental, álcool e drogas; cuidados em saúde mental; reabilitação psicossocial; gestão de serviços; direitos humanos e populações vulneráveis.



**PROGRAMA PROMOÇÃO DA SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO (PSAT)**

Temas: Vigilância e promoção da saúde, ambiente e trabalho; saúde da família, com ênfase em populações do campo, floresta e águas; saúde do trabalhador; territórios saudáveis e sustentáveis (desenvolvimento sustentável, água, saneamento, agroecologia); educação popular; intersetorialidade nas ações de saúde; saúde e meio ambiente.

**LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO, MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA E TRANSDISCIPLINARIDADE EM SAÚDE (LEMTES)**

Temas: Educação permanente; gestão da atenção básica; métodos de pesquisa; divulgação científica; educação e formação profissional; comunicação e saúde.

**COLABORATÓRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)**

Temas: Gestão e prospecção de políticas públicas; ciência digital e saúde digital; redes sociais; movimentos sociais; democracia participativa e controle social; agenda 2030; inteligência de futuro; territórios saudáveis e sustentáveis.

Fonte: Elaboração dos autores (2020).



## 3.7. Parcerias

Para atuar na formação de especialistas e sanitaristas em diferentes regiões e localidades do país, principalmente no apoio à governança democrática do SUS e de um sistema de proteção social ampliado, a EGF-Brasília tem desenvolvido uma complexa engenharia institucional para constituir e atuar em redes de parcerias, consolidando vínculos com diferentes instituições públicas, tais como: governos federal, estaduais e municipais; ministérios; instituições de ensino e pesquisa brasileiras e estrangeiras; Unidades da Fiocruz; organismos de cooperação internacional; agências de fomento; organizações internacionais; organizações da sociedade civil; rede de ciência e tecnologia; movimentos sociais e entidades de trabalhadores, entre outros.

Além disso, com o objetivo de promover a sinergia entre redes educacionais voltadas para realidades e demandas contextualizadas e a popularização do conhecimento técnico e científico, a EGF-Brasília acredita na importância de integrar horizontal e verticalmente instituições educacionais: da educação superior (como as Universidades) e da educação técnica (como os Institutos Federais e as Escolas Técnicas em Saúde) com as Escolas de Governo e as Escolas de Saúde Pública, assim como com a Educação Básica (ensino fundamental e ensino médio), a Educação de Jovens e Adultos e demais atores que promovam educação, cultura e conhecimento no território (museus, pontos de cultura, associações, casas de memória, entre outros).





## 4. Avaliação no ensino — aprendizagem e na gestão

## 4. Avaliação no ensino – aprendizagem e na gestão

Já é consensual que a avaliação e o acompanhamento da aprendizagem são cruciais para assegurar a melhoria da qualidade do processo educativo e dos seus resultados. Parece não haver dúvidas sobre a sua importância em todas as etapas e para todos os implicados no ensino e aprendizagem, no planeamento, na monitoria e na gestão educacional, bem como, nas atividades associadas à produção e socialização do conhecimento (LUCKESI, 2014, 2007, GADOTTI, 2013).

A avaliação não é um processo neutro e expressa implícita e/ou explicitamente a visão de mundo e de sociedade que se pretende durante todo o itinerário formativo. Encontra-se integrada à concepção de educação e de suas práticas, podendo variar e desempenhar papéis pedagógicos e sociais a depender se a educação objetiva a promoção de mudanças, transformações e/ou de controle político e social.

A importância e os efeitos do procedimento avaliativo vão além do uso que se faz comumente de sua aplicação ao ensino e aprendizagem do estudante.

Ela funciona como referência do alcance dos objetivos educacionais. Foca não somente o estudante, mas também abrange a formação do professor e a do gestor e, por isso, a avaliação é um procedimento que pode ser aliado na melhoria da qualidade do processo educativo em todos os níveis, tanto nas questões práticas do fazer cotidiano do ensino-aprendizagem, como pode auxiliar para definição de meios, estratégias, e na reflexão para escolhas e tomadas de decisão institucionais (BARREIRA; BOAVIDA e ARAÚJO, 2006). Para tanto, considera-se a visão ampliada de educação em que o docente e o estudante se formam juntos e que “a avaliação se torna um processo interativo e orientador, como uma forma de diagnóstico dos avanços e dificuldades dos alunos, e como indicador de processos de replanejamento da ação pedagógica” (CANEN, 2009 p.43).



A avaliação no ensino tem sido, historicamente, calcada na verificação se o estudante aprendeu o que o professor ensinou, por meio de testes e cálculos quantitativos, baseada numa meritocracia desprovida da dimensão cultural e social dos sujeitos do processo educativo. Essa prática muitas vezes a-histórica, linear e pretensamente neutra é ainda muito usada, e a sua superação foi buscada com muitas contribuições para se obter uma avaliação que contemplasse o professor e o estudante, enquanto sujeitos do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação diagnóstica busca identificar conhecimentos e outros aspectos do desenvolvimento prévio dos sujeitos quanto aos objetivos educacionais traçados, de modo a contribuir para um adequado planejamento da aprendizagem que considere as características e saberes dos estudantes. Por sua vez, a avaliação formativa visa o acompanhamento processual da aprendizagem, a fim de possibilitar ajustes ou confirmar o percurso educacional inicialmente proposto. A avaliação somativa pode ocorrer nas várias sequências do ensino aprendizagem, em geral, ao final de um determinado componente curricular com o propósito de classificar os resultados da aprendizagem de acordo com parâmetros e objetivos previamente estabelecidos. Tais tipos de avaliação podem funcionar de forma sistematizada e inter-relacionadas, aplicadas como componentes reguladores do processo de ensino-aprendizagem e de controle de qualidade do sistema educativo.

A opção de se incluir diferentes estratégias avaliativas reflete uma mudança do enfoque potencialmente meritocrático e excludente de se “verificar” e “diagnosticar” o que se aprendeu para o de “avaliar de forma integradora” a aprendizagem do estudante. Dessa maneira, espera-se que a avaliação possa cumprir seu papel de atender tanto a melhoria e o aperfeiçoamento das necessidades do estudante, como a dos gestores do processo educativo, quer estes sejam indivíduos (professores no ato de ensinar) ou instituições responsáveis pelo serviço do ensino (escolas). Nesse sentido, o educador em sala de aula, atendendo aos educandos na turma ou individualmente, deve considerar o estudante como o primeiro e último elo do sistema educacional, e a avaliação deve ser a aliada de todos, subsidiando as mais diversas e variadas tomadas de decisões (LUCKESI, 2014, 2013).

Outro tipo de avaliação aplicada em educação é a avaliação do impacto que pretende analisar qualitativa e/ou quantitativamente os efeitos do procedimento educativo no educando ou em determinada situação. Parte-se da premissa de que os indivíduos ao se submeterem a determinada experiência pedagógica mudam, se modificam, se transformam a si mesmos em aspectos previamente definidos no âmbito dos objetivos, quer sejam quanto aos objetivos referidos às situações, ou aos aspectos da realidade pré-estabelecida.

A avaliação do impacto pode ser útil para a gestão educativa, como instrumento auxiliar nas tomadas de decisões, a fim de se verificar o que e como a ação educativa pode estar ou não surtindo efeito, onde e com quem, para quem, no caso do SUS e nos territórios onde os sujeitos estão inseridos. Vale ressaltar as dificuldades metodológicas quando se trata de quantificar o custo-benefício das ações educativas (BAUER, 2010), visto que o controle das variáveis de tempo e efeitos pode ser diversificado e complexo, além de implicar em questões éticas e políticas.

Em suma, para fins de concretizar mudanças nas suas práticas pedagógicas, o educador aprende fazendo uma “avalição mediadora”, dialógica, ancorada na “ação-reflexão-ação”, encorajadora da troca de ideias e reorganização do saber. Tal procedimento - quando se trata do ensino superior integrado à aprendizagem do estudante-profissional já inserido no mundo do trabalho - possibilita que o processo avaliativo para mudanças e/ou transformação se configure como um desafio maior para o educador e o educando.

É nessa perspectiva que se compreende a sistemática da avaliação aplicada à gestão participativa, associada à produção e socialização do conhecimento para fins de consolidação de um sistema de governança democrática. Nesse sentido, as práticas avaliativas são balizadoras do planejamento institucional participativo em todos os debates e tomadas de decisão de natureza pedagógica e gerencial da instituição. Dessa forma, a avaliação torna-se pré-requisito das intenções de promoção de melhorias, aperfeiçoamento e formação, tanto em relação aos sujeitos do fazer educativo, como das práticas pedagógicas sócio políticas.

## 4.1. Avaliação da educação na Fiocruz e na EGF-Brasília



A avaliação da educação na Fiocruz integra a Avaliação de Desempenho Institucional<sup>2</sup> e envolve a dimensão do ensino-aprendizagem propriamente dito. Dialoga com os critérios preconizados pelo Ministério da Educação (MEC) e, no *Stricto Sensu*, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No *Lato Sensu*, a instituição tem a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA Fiocruz), voltada ao processo de autoavaliação.

No âmbito dos cursos ofertados pela EGF-Brasília, em consonância com o PPP da Fiocruz (2015), a avaliação deve constituir um componente importante para o planejamento e tomada de decisões das estratégias pedagógicas de ensino e aprendizagem para a formação do estudante/profissional.

É necessário ampliar e aprofundar, entre docentes, corpo técnico e gestão da Escola, o conhecimento e a reflexão sobre suas práticas pedagógicas em geral, e em especial as avaliativas. Estas são bastante diversas e, em maior ou menor grau apresentam uma ou várias das seguintes características: sistemática, contínua, participativa, efetiva, orientadora, integral, inclusiva, relacional, quantitativa e qualitativa, emancipatória, crítica e reflexiva. Em suma, as avaliações dos e nos cursos e programas, em geral, são procedimentos cruciais da prática pedagógica a serem refletidos e aperfeiçoados, visando atender às necessidades dos vários atores educativos, quer sejam os **docentes**, os **estudantes/profissionais** e/ou as **parcerias externas** à Escola.

<sup>2</sup> Conforme Portaria N. 5509/2020 da Presidência da Fiocruz, tivemos em 2020 dois indicadores globais (isto é, que compreendem o desempenho geral da Fiocruz) e quatro indicadores intermediários (específicos da Fiocruz Brasília) relativos à educação, três destes próprios à EGF-Brasília. Os indicadores globais (Fiocruz) relativos à educação foram: Tempo Médio de Titulação (TMT) – *Stricto Sensu*, e Índice de Egressos (no total, a instituição teve 17 (dezessete) indicadores globais neste ano); já os indicadores intermediários (Fiocruz - Brasília) foram os seguintes: Matrículas em cursos ofertados pelo sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS); Número de cursos *Stricto* e *Lato Sensu* realizados pela EGF-Brasília; Número de eventos presenciais e a distância realizados pela EGF-Brasília; e Número de cursos EAD realizados pela EGF-Brasília.

Várias experiências avaliativas têm ocorrido para fins de atender às necessidades do cumprimento dessa etapa pedagógica do itinerário educativo dos cursos e programas da EGF-Brasília, de sorte a possibilitar maior conhecimento, auxiliar mudanças e o aperfeiçoamento da qualidade das práticas discentes, docentes e dos gestores.

Um dos procedimentos praticados é a avaliação diagnóstica para traçar o perfil e os interesses do estudante segundo os critérios: motivação, auto-eficácia e estratégias de aprendizagem. Tem como objetivo embasar a construção dos cursos e demais ofertas educacionais e possibilitar uma aprendizagem predominantemente ativa e significativa, de sorte a guiar o educador na facilitação da aprendizagem, apoiar a reflexão do estudante, e, por fim, estreitar a relação entre formação e trabalho num processo de ressignificação das suas ações como sujeitos sociais, produtores de conhecimentos e práticas intersetoriais. Outros estudos avaliativos com os estudantes do mestrado, dos cursos de especialização e egressos do mestrado são também experiências com achados a serem discutidos, analisados e integrados para o fortalecimento dessa estratégia pedagógica.

No entanto, ainda se faz necessário solidificar processos formais de avaliação que permitam estabelecer comparações longitudinais e construir uma série histórica de indicadores de qualidade das ofertas educacionais na EGF-Brasília.

Nesse sentido, destaca-se a utilização de questionário de avaliação de reação aplicado ao término das disciplinas/cursos para captar a percepção dos discentes em relação a alguns aspectos que podem facilitar ou dificultar os processos de ensino-aprendizagem. Esse tipo de avaliação tem sido utilizado desde 2005, contudo não de forma sistemática.

Considerando o crescimento e a evolução alcançada pela EGF-Brasília - bem como a construção coletiva do presente Projeto Político Pedagógico e demais aperfeiçoamentos institucionais promovidos nos últimos anos - acredita-se no estabelecimento de processos avaliativos mais robustos que enriquecerão ainda mais nosso percurso.



## **5. Gestão da Escola de Governo Fiocruz – Brasília**



## 5. Gestão da Escola de Governo Fiocruz – Brasília

A gestão pode ser compreendida como um processo voltado à organização da estrutura e do funcionamento do trabalho de um grupo, tendo em vista sua finalidade e considerando as interações que permeiam este processo.

Na perspectiva da EGF-Brasília, pode-se dizer que constituímos um grupo de pessoas que interagem para realizar as atividades educacionais da Gereb. O modo como planejamos nossas ações, definimos objetivos, metas e resultados, acompanhamos e avaliamos as entregas e identificamos prioridades constitui nosso modelo de gestão.

No VIII Congresso Interno, a gestão na instituição foi abordada na tese 8, que tratava de

aprimorar sua política de governança, reestruturar seu sistema de controle interno e de gestão de risco, instituir um modelo de gerenciamento por meio de plataformas colaborativas, reforçar a integração, com segurança e efetividade, e fazer frente ao desmonte do serviço público, em permanente diálogo com a sociedade. (Fiocruz, 2018, p.54)

A gestão das atividades educacionais na EGF-Brasília acompanha os valores, princípios e diretrizes da Fiocruz e da Gereb e, neste sentido, o planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho educacional ocorre em diferentes espaços de governança e busca promover e participar de processos mais horizontais e participativos de deliberação e reflexão. Dessa forma, torna-se impossível falar da gestão das atividades educacionais na escola sem situar esta gestão na sua relação com a unidade (Gereb) e com a Fiocruz nacional.

Para facilitar a compreensão dos espaços e processos que amparam a governança na área da educação, organizamos estes espaços em três níveis, macro gestão, meso gestão e micro gestão, detalhados no item 5.1.

Ainda nesta seção, apresentaremos a organização da escola, que reflete o funcionamento das equipes de trabalho no momento da escrita deste documento.



## 5.1. Governança e colegiados

Ainda nesta seção, apresentaremos a organização da escola, que reflete o funcionamento das equipes de trabalho no momento da escrita deste documento.

A Fiocruz considera a importância de, continuamente, mobilizar esforços para a gestão de riscos e o aprimoramento de sistemas de gestão que fortaleçam a integridade pública, a transparência, a responsabilização e a eficiência de todas as suas unidades.

A gestão da EGF-Brasília ocorre em diferentes camadas, seguindo os princípios institucionais da gestão responsável e participativa e, ainda, para responder às demandas da CAPES e do MEC.

Quadro 6 - Níveis e alcances da responsabilidade da ação, EGF-Brasília, 2020

### MACRO GESTÃO

(Gestão central da Fundação, Presidência e Vices - Presidências)

Alcance da ação: Seguem as orientações das instâncias institucionais centrais, assim como às normativas nacionais do MEC e da CAPES no que tange ao ensino da pós-graduação.

### MESO GESTÃO

(Gestão da unidade em Brasília)

Alcance da ação: Responde pelos espaços de governança da unidade, ao mesmo tempo em que suas ações são validadas e orientadas nestes espaços.

### MICRO GESTÃO

(Gestão executiva)

Alcance da ação: Propõe espaços e fluxos internos de pactuação e realização das ações educacionais da unidade, consoantes com as orientações das camadas superiores da gestão.

Fonte: Elaboração dos autores (2020).



## Macro gestão

Corresponde ao conjunto de instâncias de governança da Educação na Fiocruz onde a EGF-Brasília possui representação. Pode-se, ainda, considerar as normativas nacionais do MEC e da CAPES como insumos para a gestão macro da dimensão educacional na instituição.

### > **Câmara Técnica de Educação**

**Atribuição:** Assessorar a Presidência e o Conselho Deliberativo da Fiocruz na formulação e avaliação da política educacional da institucional, promovendo a articulação horizontal entre os diversos programas educacionais e unidades da Fiocruz.

**Composição:** Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (que a coordena), vice-diretores de ensino das Unidades, coordenadores dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, representantes das especializações e residências, técnicos convidados.

### > **Fórum das Unidades Regionais**

**Atribuição:** O Fórum existe para promover a articulação interinstitucional, a troca de experiências e a busca de soluções para os problemas enfrentados pelas Unidades Regionais.

**Composição:** Diretores das 11 Unidades e Escritórios Regionais; a coordenação executiva é de responsabilidade da Fiocruz Brasília.

### > **Fórum da Escola de Governo Fiocruz**

**Atribuição:** Fomentar o debate, analisar as demandas vindas das unidades e da Câmara Técnica de Educação relativas ao Lato Sensu e propor planos e estratégias de trabalho para a Escola de Governo Fiocruz, dentro do conjunto de orientações e diretrizes definidas para ela.

**Composição:** Representantes da VPEIC (Coordenação Geral de Educação e Coordenação do *Lato Sensu*), um representante titular e um suplente de cada uma das unidades que ofertam cursos de especialização *lato sensu*.

## ➤ **Fórum de Residências em Saúde**

**Atribuição:** Articular colaborações entre Programas, debater diretrizes institucionais referentes às Residências profissionais, multiprofissionais e médicas, otimizando soluções para as necessidades acadêmicas, criando uma estrutura organizacional comum que permita um processo permanente de aprimoramento, identificando demandas sociais, estabelecendo parcerias externas e fortalecendo a articulação institucional diante dos parceiros nos territórios e serviços.

**Composição:** Coordenadores dos programas de residências profissionais, multiprofissionais e médicas das diferentes Unidades, representantes da VPEIC.

## ➤ **Fórum de Educação a Distância (EAD)**

**Atribuição:** Analisar e propor políticas institucionais; avaliar editais referentes a área; promover o debate e ofertas educativas acerca dos princípios, diretrizes e conceitos da EAD e outros temas relacionados para poder contribuir efetivamente na disseminação e fortalecimento da EAD na Fiocruz; identificar e compartilhar editais de fomento e possíveis parcerias; estabelecer parâmetros de qualidade para EAD.

**Composição:** Sob coordenação da VPEIC, participam as Unidades: ENSP, IFF, INCQS, Escola Politécnica, INI, Fiocruz Pernambuco, Fiocruz Brasília, Fiocruz Mato Grosso do Sul. Além das dessas unidades participam ainda a, UNASUS, a Escola Corporativa e o Canal Saúde.



## Meso gestão

Diz respeito aos espaços de conversação e deliberação internos à unidade, onde se discutem temas relacionados à Educação.

### > **Colegiado Gestor da Gereb**

**Atribuição:** Apoiar as decisões da direção da unidade por meio de discussão informada sobre os assuntos trazidos para este espaço. Coordenar o planejamento estratégico da unidade.

**Composição:** Diretora, vice-diretora, assessores, coordenadores das estruturas organizacionais da unidade (diretora executiva da escola; coordenadora de programas e projetos, coordenador de gestão e administração; coordenador de planejamento e articulação institucional; coordenador da ASCOM).

### > **Colegiado da EGF-Brasília**

**Atribuição:** Discutir, planejar, acompanhar e definir assuntos referentes aos processos acadêmicos e administrativos da Escola tendo como base orientadora seu Projeto Político Pedagógico.

**Composição:** Direção Geral e Executiva da Escola Fiocruz de Governo, e por representantes da coordenação dos cursos *Stricto* e *Lato Sensu* (Especializações e Residências); Representantes dos Cursos *Stricto* e *Lato Sensu*; Secretaria Executiva da UNA-SUS; Jacarandá-Núcleo de Educação e Humanidades em Saúde; Colaboratório de Ciência, Tecnologia e Sociedade; Núcleo de Educação a Distância; Assessoria de Comunicação; Núcleo Técnico-Administrativo; Secretaria Acadêmica; Núcleo de Eventos; Assessoria da Direção Executiva e Assessoria Pedagógica.

### > **Colegiado da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* da EGF-Brasília**

**Atribuição:** Orientar a organização e a coordenação dos cursos; Aprovar os nomes dos professores que integrarão o corpo docente e de orientadores do *stricto sensu*; Referendar os projetos pedagógicos dos cursos; Aprovar a constituição de Comissão de Seleção para admissão de estudantes nos cursos; Monitorar o funcionamento dos cursos e propor modificações, conforme o caso; Decidir, em última instância, sobre questões de matrícula, avaliação de desempenho, convalidação de créditos, dispensa de disciplinas, transferência, infração disciplinar, bem como sobre as representações, em grau de recurso; Estabelecer e supervisionar as atividades de tirocínio docente; Estabelecer critérios para distribuição de bolsas de estudo concedidas, quando for o caso; Colaborar com as demais instâncias envolvidas na pós-graduação, nas iniciativas de aperfeiçoamento, acompanhamento e avaliação da pesquisa e produção dos cursos.

**Composição:** corpo docente dos cursos *lato sensu* e dos programas *stricto sensu*.

## ➤ **Comissão de Residência Médica da EGF-Brasília (COREME)**

**Atribuição:** Fazer cumprir o Regimento; Zelar pela manutenção da qualidade do programa de Residência Médica da EGF-Brasília; Avaliar periodicamente o programa de Residência Médica da EGF-Brasília a fim de apreciar as propostas de alterações nos projetos pedagógicos dos mesmos; Ser responsável por toda comunicação e tramitação de processos junto à Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM/MEC); Avaliar as propostas de inclusão de novos programas, sugerindo as modificações necessárias para adequá-los aos padrões de ensino da EGF e à legislação vigente; Extinguir programas ou áreas profissionais, apresentando ao Colegiado de Pós-Graduação da EGF-Brasília e posterior encaminhamento à CNRM/MEC; Definir diretrizes sobre editais de seleção e acompanhar os processos seletivos de candidatos aos programas junto às suas coordenações/supervisões; Empreender esforços junto às áreas competentes para a obtenção de recursos necessários à execução do programa de Residência Médica da EGF-Brasília; Acompanhar e avaliar o desempenho dos profissionais médicos residentes mediante o encaminhamento de informações pelo programa; Deliberar no âmbito dos programas, para efetivo cumprimento das leis e diretrizes da CNRM/MEC, fazendo os encaminhamentos pertinentes; Tomar ciência e providências em relação às resoluções, portarias e despachos orientadores publicados pela CNRM/MEC; Aprovar a composição do corpo docente dos eixos teóricos dos programas, do corpo de tutores e preceptores de residentes do programa e do corpo de orientadores e coorientadores dos trabalhos de conclusão de residência (TCR) mediante encaminhamento das coordenações do programa; Elaborar, aprovar e publicar relatório anual de atividades, encaminhando às instâncias cabíveis.

**Composição:** Representação da Direção Geral e Executiva da EGF-Brasília; Representação da Coordenação de Programas e Projetos; Representação dos Supervisores dos Programas de Residência Médica; Representação dos Docentes do Programa de Residência Médica; Representação dos Preceptores do Programa de Residência Médica; Representação dos Gestores de Saúde do Distrito Federal; e Representação dos Profissionais Médicos Residentes.

### > **Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde da EGF-Brasília (COREMU)**

**Atribuição:** Zelar pela manutenção da qualidade dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (PRMS) da EGF-Brasília; Avaliar semestralmente os PRMS da EGF-Brasília, a fim de apreciar as propostas de alterações nos projetos político pedagógicos dos programas; Ser responsável pela comunicação e tramitação de processos junto à Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS-MEC); Avaliar as propostas de inclusão de outras profissões ou novos programas sugerindo as modificações necessárias para adequá-las aos padrões de ensino da EGF-Brasília e à legislação vigente, submetendo ao Colegiado de Pós Graduação (CPG) da EGF-Brasília; Extinguir programas ou áreas profissionais, apresentando ao Colegiado de Pós Graduação da EGF-Brasília e posterior encaminhamento ao CNRMS-MEC; Definir diretrizes sobre a elaboração dos editais de seleção e acompanhar os processos seletivos de candidatos junto às coordenações dos programas; Empreender esforços junto às áreas competentes para a obtenção de recursos necessários à execução dos PRMS da EGF-Brasília; Acompanhamento e avaliação do desempenho dos residentes mediante o encaminhamento de informação pelos programas; Deliberar no âmbito dos programas, para o efetivo cumprimento das leis e diretrizes da CNRMS-MEC, fazendo os encaminhamentos pertinentes; Tomar ciência e providências em relação às resoluções, portarias e despachos orientadores publicados pela CNRMS-MEC; Aprovar a composição do corpo docente dos eixos teóricos dos programas, do corpo de tutores e preceptores de residentes dos programas e do corpo de orientadores e coorientadores dos trabalhos de conclusão de residência (TCR'S) mediante encaminhamento das coordenações dos programas; Elaborar, aprovar e publicar relatório anual de atividades, encaminhando às instancias cabíveis; Assessorar-se com o Núcleo Docente Assistencial Estruturante – NDAE.

**Composição:** Representação da Direção Geral e Executiva da EGF-Brasília; Representação da Coordenação de Programas e Projetos; Coordenador de cada Programa de Residência Multiprofissional em Saúde; Representação dos Tutores dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde; Representação dos Preceptores dos Programa de Residência Multiprofissional em Saúde; Representação dos Gestores e executores estaduais de Saúde (CONASS); Representação dos Gestores e executores municipais de Saúde (CONASEMS); Representação dos Profissionais Residentes; Representação da Escola Superior de Ciências da Saúde (FEPECS); Representação da Escola Estadual de Saúde Pública da SES-GO; e Representação da Escola Estadual de Saúde Pública da SES-MG.

## ➤ **Grupo Direção Coordenação de Residências**

**Atribuição:** Identificar e encaminhar as demandas e propostas dos programas de residência na unidade. Espaço de acompanhamento desta modalidade de ensino-serviço.

**Composição:** coordenadores de programas de residência multiprofissional e médica, direção executiva da escola e representante da direção da Unidade.

### **Micro gestão**

Corresponde aos espaços de acompanhamento e orientação das atividades cotidianas da escola.

Reuniões semanais do Núcleo Matricial e Assessoria Pedagógica com a direção executiva da escola;

Reuniões de equipe (interna às diferentes equipes dentro da EGF-Brasília);

Reuniões de projetos – visam acompanhar, planejar e avaliar a realização de projetos.



## 5.2. Estrutura organizacional

A Escola de Governo Fiocruz é composta por uma equipe multidisciplinar qualificada, organizada em áreas interdependentes de trabalho. A natureza do trabalho necessário ao funcionamento da Escola é diversa, incluindo as dimensões administrativa, pedagógica, de articulação institucional, planejamento, além das atividades de pesquisa e de docência. Relevante apresentar as equipes de trabalho e suas respectivas atuações no âmbito da EGF-Brasília.

### 5.2.1. Instâncias de gestão, articulação institucional e planejamento:

- **Direção geral** é exercida pela Diretora da Unidade Fiocruz Brasília, responsável pela integração técnico-política do componente Educacional da unidade no Sistema Fiocruz e de Educação. Cabe, ainda, à direção geral, ratificar as decisões da Diretoria Executiva da EGF, e orientar a integração entre os componentes da pesquisa, aplicação e educação na Unidade. Promover a articulação intra e inter institucional e formação de parcerias com entidades públicas, privadas e da sociedade civil organizada. (Regimento Interno da Escola de Governo Fiocruz–EGF/Gerência Regional de Brasília - Gereb).



- **Direção executiva** atua definindo estratégias alinhadas com a missão da escola e tem as seguintes atribuições: executar a gestão do conjunto de coordenadores dos programas de ensino sob sua responsabilidade no desenvolvimento e implementação de estratégias para introdução de novos programas ou no aprimoramento dos programas existentes; zelar pelo cumprimento das metas quantitativas e/ou qualitativas de desempenho estabelecidas e aprovadas pelo Colegiado Gestor da Gereb para o período em curso; garantir interfaces eficazes com órgãos governamentais reguladores dos programas de ensino; manter contato e representar a escola junto à comunidade externa visando garantir sua imagem; atuar como agente de atração de recursos para a escola, identificando potenciais parceiros e colaboradores, apresentando e defendendo o projeto educacional da escola e atraindo contribuições que a auxiliem no cumprimento de sua missão.
  
- **Assessoria de Planejamento** atua no planejamento integrado da escola, no seu monitoramento e avaliação; apoia a gestão de processos de trabalho; atua em ações de articulação técnico-política e administrativa para viabilização de projetos da EGF-Brasília, e colabora na estruturação de reuniões de áreas coordenadas ou acompanhadas pela Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação - VPEIC, como a Câmara Técnica de Educação e a Comissão Própria de Avaliação.

### 5.2.2. Instâncias pedagógicas:

- **Assessoria Pedagógica** apresenta-se como componente estratégico da Escola de Governo Fiocruz que visa atuar na qualificação das ações educacionais, sejam elas formais ou não formais, articulando-as às ações de pesquisa e aplicação desenvolvidas no âmbito da Fiocruz Brasília. Assim, coloca-se como uma instância que busca fomentar, integrar e apoiar ações relacionadas ao conhecimento prático, reflexivo e crítico vinculados a processos educativos e aos atores que deles participam.
  
- **Núcleo de Educação a Distância** (Nead) visa promover a ampliação do acesso dos profissionais do SUS a oportunidades de educação permanente por meio de ofertas flexíveis nas modalidades mista e a distância. O núcleo atua em colaboração com pesquisadores e docentes da instituição, contribuindo para o desenho e produção de recursos digitais abertos e na gestão da oferta de programas acadêmicos na plataforma online.

- **Biblioteca** é responsável pela organização do acervo da Fiocruz Brasília, em consonância com os objetivos institucionais, conforme a Rede de Gestão da Informação da Instituição. Cumpre também um importante papel na orientação dos estudantes sobre mecanismos de busca, normas técnicas e outras informações que se fizerem necessárias para realização de trabalhos acadêmicos.
- **Arca** é o Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), organizado em comunidades que correspondem às unidades da Fiocruz, onde cada comunidade pode reunir os seus documentos em diferentes coleções. Tem como função reunir, hospedar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição. Objetiva fomentar a ampla circulação do conhecimento, consolidando o compromisso institucional com o livre acesso à informação em saúde, conferindo transparência e incentivo a comunicação científica (pesquisadores, educadores, acadêmicos, gestores, alunos de pós-graduação) e sociedade civil.

### 5.2.3. Instâncias para ações de inclusão social e equidade

Segundo os valores e princípios institucionais, a EGF-Brasília participa dos programas da Fiocruz de inclusão social e combate a todas as formas de discriminação, acolhidos pela Direção da Fiocruz Brasília. Aqui se incluem as instâncias que trabalham com as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos, igualdade étnico-racial, acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência:

- **Comitê Fiocruz Pró-equidade Gênero e Raça<sup>3</sup>**: objetiva consolidar uma agenda institucional pelo fortalecimento dos temas étnico-raciais e de gênero na Fundação, colaborando para uma constante atualização e reorientação de suas políticas, bem como de suas ações, seja nas relações de trabalho, seja no atendimento ao público e na produção e popularização do conhecimento. Vale ressaltar que as chamadas públicas da Fundação, atendem aos pré-requisitos de políticas afirmativas que destinam um percentual de vagas exclusivas para pessoas com deficiência, negros (pretos ou pardos).

<sup>3</sup> Para mais informações acesse <https://portal.fiocruz.br/pro-equidade>

- **Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência**<sup>4</sup>: lançado oficialmente em maio de 2017, a partir da publicação da Portaria da Presidência nº 714/2017-PR. Seu objetivo é fortalecer ações em prol da equidade e diversidade, consolidando uma política institucional pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência no cotidiano da Fundação e se articulando por uma sociedade mais inclusiva. Na Fiocruz Brasília, a primeira reunião de formação do Comitê de Acessibilidade da unidade ocorreu em 03 de novembro de 2020. Os participantes identificaram três eixos de atuação em acessibilidade: educação, comunicação e trabalho. Apontaram também a importância do levantamento de dados da unidade, como recursos já existentes, necessidades e potenciais parcerias, de modo a subsidiar o planejamento de ações concretas. A meta é a construção de um Plano de Trabalho escalonado, contemplando, por exemplo, os primeiros editais de cursos com acessibilidade.
  
- **Programa Fiocruz Saudável em Brasília**: objetiva desenvolver um olhar vigilante sobre o trabalho, as condições de saúde coletiva dos trabalhadores, dos discentes e da comunidade Fiocruz Brasília, bem como ações de intervenção em Saúde do Trabalhador direcionadas para as necessidades de todos e todas, pautadas nas premissas da vigilância em saúde, prevenção de agravos e promoção da saúde do trabalhador, além das ações voltadas à saúde e bem viver.
  
- **Apoio Discente**: visa implementar ações em consonância com as propostas do Centro de Apoio Discente (CAD-Fiocruz), o qual tem como finalidade acompanhar os discentes durante sua estada na instituição, favorecendo a integração e o equacionamento das situações individuais e coletivas que possam vir a influenciar no bem-estar, no desempenho acadêmico e no desenvolvimento profissional dos estudantes.
  
- **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fiocruz Brasília**: é uma instância colegiada, de caráter Interprofissional, constituída institucionalmente atendendo as normas da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. É responsável pela avaliação de todos os protocolos de pesquisa com a responsabilidade pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição.

<sup>4</sup> Para mais informações acesse <https://portal.fiocruz.br/noticia/comite-fiocruz-pela-acessibilidade-e-inclusao-das-pessoas-com-deficiencia>

#### 5.2.4. Instâncias técnicas e administrativas:

- **Secretaria Acadêmica** (Secad), é responsável pelos serviços de controle e registro acadêmico dos Cursos da Escola de Governo Fiocruz – EGF. Recebe, processa e distribui as informações da vida acadêmica dos alunos, desde o momento de seu ingresso, até a conclusão do Curso.
- **Núcleo Técnico Administrativo** (Nuetca) é responsável pela organização das atividades EGF, fazendo a interlocução com os demais setores da Gerência Regional de Brasília, com os núcleos administrativo, financeiro, infraestrutura, informática e comunicação.
- **Núcleo de Eventos** da Fiocruz Brasília (Nueve) é responsável pela reserva de salas, planejamento e acompanhamento de eventos internos e externos e atividades de cerimonial no âmbito da EGF-Brasília.

#### 5.2.5. Instâncias de estudos e investigações

- **Jacarandá - Núcleo de Educação e Humanidades em Saúde:** em junho de 2020, o Programa de Educação, Cultura e Saúde (PECS) e o Laboratório de Educação, Mediação Tecnológica e Transdisciplinaridade em Saúde (LEMTES) fundiram-se, formando o Jacarandá. O núcleo objetiva construir conhecimentos sobre educação na saúde a partir de práticas, experiências e projetos para o fortalecimento do SUS e das demais políticas públicas, com foco na garantia dos direitos humanos e na justiça social, explorando interfaces com outros campos disciplinares, como a comunicação, a linguística, a cultura, a história, as ciências sociais e humanas, e, também, com os saberes tradicionais e populares. A equipe do Jacarandá compõe e coordena o Grupo de Pesquisa “Educação, Comunicação e Intersetorialidade nas Políticas Públicas”, que investiga práticas e processos de educação e de comunicação para a construção da intersectorialidade em políticas públicas.
- **Colaboratório de Ciência Tecnologia e Saúde:** é um laboratório de experimentação e aplicação de metodologias e ferramentas tecnológicas para facilitar a cooperação, cujo foco é a convergência de políticas públicas direcionadas à saúde. Dessa maneira, ações intersetoriais são realizadas para conectar as diversas políticas de forma estratégica com o propósito de potencializar a interação e atuação colaborativa entre os atores para convergência na geração, desenvolvimento e disseminação de conhecimento e inovação de políticas públicas e suas diversas interfaces que perpassam a saúde. Com um trabalho baseado na inteligência cooperativa, o Colaboratório surge como espaço aberto de discussões e veiculação de informações, alinhando-se aos eixos estratégicos da Fiocruz Brasília, de integração, inteligência e formação no âmbito da ciência, tecnologia e sociedade, contribuindo para capacitação desta no enfrentamento dos desafios do SUS. O Objetivo Geral do Colaboratório é gerar produtos e serviços voltados ao apoio à governança de redes de políticas públicas, de forma a contribuir com a ciência cidadã.



## 6. Infraestrutura

## 6. Infraestrutura

A Escola Governo Fiocruz-Brasília está localizada na Região Administrativa Plano Piloto, no setor Asa Norte, no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília (UnB). Destaca-se a proximidade da unidade com instâncias federais, como o Ministério da Saúde, o que a torna estratégica no cenário nacional.

Sua estrutura abarca uma área de trabalho administrativa, localizada no andar térreo; e uma área educacional, localizada também no andar térreo e no primeiro andar da escola. A estrutura educacional apresenta 08 salas de aula, entre as quais duas para trabalho em grupos. Uma sala de videoconferência, e um laboratório de informática com 20 estações de trabalho.

A EGF-Brasília dispõe de dois auditórios: um interno, com capacidade para 75 pessoas e um auditório externo, com capacidade para 180 pessoas. Todas as salas de aula/auditórios estão equipadas com recursos audiovisuais, *flipcharts*, quadro branco e ar-condicionado.

Ambos os andares apresentam sanitários e bebedouros para uso geral. Disponibiliza Wi-fi aberto ao público.

O espaço de convivência e estudo, localizado no andar térreo, é auto gerenciado pelos educandos e visa estimular a convivência entre graduandos, mestrandos, especializandos, residentes e docentes - pesquisadores, com um local de estudo individualizado ou em grupo. A Escola conta, ainda, com espaços externos para exposição de projetos, atividades científico cultural e de convivência, jardim, redário, hall e o Espaço Ciência e Cultura para alimentação.





## 7. Perspectivas e desafios – traçando a rota do futuro



## 7. Perspectivas e desafios — traçando a rota do futuro

Este documento resulta de processos de fala e escuta, de reflexão e aprendizagem e, principalmente, do amadurecimento da construção da nossa institucionalidade. Foi escrito a muitas mãos, cérebros e corações, entre 2016 e 2020, ano em que a Fundação Oswaldo Cruz celebrava seus 120 anos e que o planeta foi colocado em situação de espera, pela pandemia de Covid-19. Foi neste momento, de tantas incertezas e urgências, que concluímos a primeira edição escrita do nosso projeto político pedagógico. O processo coletivo desta escrita, tecido entre passado e futuro, abasteceu com esperança e perseverança as necessidades de resposta na área educacional, durante a pandemia, e nos projetou para além do isolamento e da crise sanitária e social, na perspectiva da solidariedade. É um projeto dinâmico, que deve ser revisitado e colocado em discussão periodicamente. Justamente por isso, o PPP “documento” termina apontando para o futuro.

Para que a nossa escola possa se preparar para este futuro, cabe investir, permanentemente, na capacidade de inovar os processos formativos.

A inovação, como diretriz e perspectiva, demanda que intensifiquemos as pesquisas voltadas para a educação, comunicação e mediação tecnológica na formação para políticas sociais, bem como as pesquisas avaliativas. Requer, ainda, o estímulo à capacidade institucional de reflexão, por meio da oferta de recursos e espaços para a educação permanente de nossos docentes, técnicos e gestores. Desta forma, pretendemos fortalecer e qualificar as produções mediadas por tecnologias, contribuindo para maior inclusão e acolhimento da diversidade nas ações da escola. Precisamos estimular o desenvolvimento e o aprimoramento da qualidade de ofertas e recursos educacionais como a educação a distância, o ensino híbrido (*blended learning*), as trilhas de aprendizagem e as experiências formativas em parceria com atores do território.



A inovação criativa nos remete, igualmente, ao fortalecimento da nossa capacidade de atuar em rede, de modo cooperativo, intensificando a articulação de coprodução com outras unidades da Fiocruz (disciplinas compartilhadas, ofertas em parceria, fora de sede, pesquisa em educação fortalecida pelo Grupo de Pesquisa “Educação, comunicação e intersetorialidade em políticas públicas”); e tecendo parcerias territorializadas com outras instituições que, conosco, construam as respostas necessárias à formação para o SUS - seja nas modalidades da residência multiprofissional e médica ou no apoio à educação continuada e permanente dos quadros técnicos e gestores, dos agentes públicos, da sociedade civil e de entes privados, do Distrito Federal e de outras unidades da federação.

Intensificamos, entre 2019 e 2020, a relação com atores governamentais no Distrito Federal, em parte pela inauguração de quatro programas de residência multiprofissional e um de residência em Saúde da Família e Comunidade que nos colocaram na linha de frente do enfrentamento à Covid-19 no Governo do Distrito Federal (GDF). Em parceria com a Universidade de Brasília e com a Coordenação da Atenção Primária em Saúde (COAPS) da Secretaria de Saúde, implementamos arranjos inovadores de formação para a APS no DF e ações de fortalecimento da Vigilância em Saúde, nos âmbitos federal e distrital. Ainda, neste período, precisamos intensificar e flexibilizar, em prazos exíguos, a produção de ofertas educativas em resposta à pandemia de Covid-19, muitas em cooperação com a Universidade Aberta do SUS e com outras Unidades da Fiocruz. As ações educacionais na modalidade remota emergencial desafiaram nosso corpo técnico, docente e discente a adaptar os processos educacionais e garantir que a escola seguisse aberta e acolhedora.

Tais ações, no bojo da crise sanitária de 2020, revelaram o papel estratégico da EGF-Brasília como escola de governo, papel este que deve ser consolidado com base na capacidade de resposta de forma inovadora e cooperativa.

Assim, é de suma importância que, cada vez mais, fortaleçamos os laços com a Universidade de Brasília e demais instituições de Ensino Superior, com os Institutos Federais (IF), com a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública e a Rede Nacional de Escolas de Governo. A parceria e o apoio às Instituições de Ensino Superior e àquelas de Ciência e Tecnologia são estratégicos. A ciência se faz em rede e o momento é de aliança para podermos trazer as respostas que uma sociedade mais justa, inclusiva e saudável requer.

A Fiocruz se reconhece como instituição de Estado e, neste sentido, seguirá dialogando com os governos, de modo a cumprir sua missão diante da sociedade brasileira. A Escola de Governo Fiocruz - Brasília atua, republicana e democraticamente, no atendimento às necessidades de educação locais, regionais, nacionais e internacionais, segundo os valores e princípios que norteiam a instituição. Buscamos, cada vez mais, fortalecer o papel público na formação para o SUS e demais políticas sociais voltadas para a promoção da vida, enfatizando a ação e a oferta de formação intersetorial. Neste sentido, vislumbramos, a partir do investimento em pesquisa, monitoramento e avaliação voltados para o campo educacional, ocupar, cada vez mais, um papel proativo na indução de processos formativos junto aos governos local, regional e nacional.

Ações em parceria com o DF e com outras Unidades da Federação, a oferta de turmas especiais em parceria com outras unidades da Fiocruz para responder às demandas de formação em todo o país, e a construção de disciplinas interculturais ampliam o escopo de atuação da escola. Neste contexto, seguiremos, ainda, apoiando a educação básica, com formação docente sobre temas referentes à saúde e ao ambiente, realizando ações de popularização da ciência e educação em saúde, visando à qualidade da educação e da saúde, à participação da população e dos jovens nas políticas públicas e na ciência e tecnologia.

A construção de uma comunidade-escola aberta ao território, comprometida com a inclusão, com a acessibilidade e com a diversidade, requer o cuidado com as pessoas que compõem esta comunidade, a flexibilidade de ofertas atentas ao perfil e necessidades de nossos discentes, o aprimoramento dos espaços de governança, ampliando a participação, e a nossa capacidade de acolher e promover qualidade de vida. Programas institucionais como o Comitê pró-equidade de gênero e raça e o comitê de acessibilidade devem ser ampliados. Um programa de apoio ao discente, visando acompanhar e solucionar as dificuldades pedagógicas e acadêmicas, promover o cuidado, a qualidade de vida e a saúde mental e fortalecer o sentimento de pertencimento dos discentes com a Escola, incluindo ações voltadas também para os egressos, é um compromisso a ser implementado.

Igualmente, para que a escola siga em desenvolvimento, é muito importante fortalecer e apoiar a prática e o nosso corpo docente, intensificando a escuta e o apoio do corpo técnico da escola aos professores. Cabe, nesta direção, fortalecer o núcleo matricial da escola (Secretaria Acadêmica, Núcleo Administrativo e Núcleo de Eventos) e, em particular, a Assessoria Pedagógica e o Núcleo de Educação a Distância. Ações como a criação de um colegiado de coordenadores, a construção do PPP, a construção de eixos temáticos estruturantes dos nossos programas *stricto e lato sensu*, (ex: Vigilância; Avaliação) são ações em implantação que devem ser aprimoradas, visando a qualificação da prática educacional. Vislumbramos, ainda, a criação de um Fórum de Educação, para ampliar e aprofundar o debate sobre a educação na unidade com todos os participantes, e a realização da Mostra bienal da escola, com o registro e compartilhamento da produção de nossa comunidade-escola. Finalmente, precisamos seguir aprimorando a capacidade de gestão e planejamento integrado (escola e demais áreas da unidade), com sistemas de informação e monitoramento que nos permitam acompanhar o impacto da formação e as necessidades para que alcancemos nossas metas.

O futuro é o horizonte para o qual nos preparamos no presente. Reconhecemos o caminho traçado até aqui, percebendo o crescimento da Escola e a importância de pactuar, permanentemente, a direcionalidade de nossas ações. Esse movimento dialético e contínuo promoverá o desenvolvimento da Educação nesta unidade com clareza de propósito e capacidade de agregar os desejos e as capacidades de todos os colaboradores da casa. Que nosso devir seja pautado em utopias consensuadas, emprenhadas de inteligência, sensibilidade e do compromisso com os direitos sociais e humanos. Abraçamos uma nova ecologia de saberes e um pacto social pautado pela solidariedade, de modo que nossa ação educadora siga transformadora, voltada para promoção da vida e para debelar a mais profunda mazela de nosso país: a desigualdade.

## Bibliografia

AKERMAN, M., SÁ, R.F., MOYSES, S., REZENDE, R., ROCHA, D., Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!

ALBUQUERQUE, G.S.C., SILVA, M.J.S., ENSAIO Saúde debate 38 (103) Oct-Dec 2014 <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140082>.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Portugal: Edições 70, 2009.

BARREIRA, C, BOAVIDA, J, & ARAÚJO, N. (2006). Avaliação formativa: Novas formas de ensinar e aprender. Revista Portuguesa de Pedagogia, (40-3), p. 95-133. [https://doi.org/10.14195/1647-8614\\_40-3\\_4](https://doi.org/10.14195/1647-8614_40-3_4)

BAUER, Adriana. Avaliação de impacto no Brasil: é possível mensurar impactos de programas de formação docente? Revista Estudos de Avaliação em Educação. São Paulo, v. 21, n. 46, p. 229-252, maio/ago. 2010

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 78, p. 117-142, Apr. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302002000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302002000200008&lng=en&nrm=iso). acesso em 16 Feb. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008>.

CANEN, A. Avaliação da aprendizagem. In: CANEN, A; SANTOS, A. R. (Org.). Educação Multicultural: teoria e prática para professores e gestores. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. Cap.3, p. 41-124.

CONTANDRIOPOULOS, A.P., “Éléments pour une topographie du concept de santé”, in Ruptures, revue transdisciplinaire em santé, vol. 11, n° 1, 2006, pp.86-99.

COUTINHO, Carlos Nelson. Intervenções: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

DAHL, Robert A. Sobre a Democracia. Brasília: Editora UnB, 2001.

DIAS, M.S.A., PARENTE, J.R.F., VASCONCELOS, M.O., DIAS, F.R.C., Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver? Ciência & Saúde Coletiva, 19(11):4371-4382, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1974.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular: planejamento e organização da educação nacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.



GONDIM, Grácia Maria de Miranda. Territórios da atenção básica: múltiplos, singulares ou inexistentes? 2011. 255 f. Tese (Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011. Orientador Barcellos Neto, Chistovam de Castro/Ensp.

GOREZEVSKI, C e MARTIN, B.N. A necessária revisão do conceito de cidadania: Movimentos sócias e novos protagonistas na esfera pública democrática. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

JUNQUEIRA, L.A.P.; Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde, RAP Rio de Janeiro 34(6):35-45, Nov./Dez. 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. Estudos e Proposições. Cortez: São Paulo. 2014.

\_\_\_\_\_. Avaliação da aprendizagem escolar. Câmara Brasileira do Livro, Cortez: São Paulo, 2013 (livro eletrônico)

\_\_\_\_\_. Avaliação da aprendizagem escolar. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORIN, E.; Ciência com consciência. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Socialismo e democracia no marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 88, São Paulo, 2013, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452013000100002>, consultado em 10 de maio de 2018.

SANTOS, A. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008

SCHÖN, D. The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action. London: Temple Smith., 1983.

## Documentos, normativos e outros documentos institucionais referidos

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Grafico, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 66.624 de 22 de maio de 1970. Presidência da República, Brasília, 1970.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Ata da Reunião da Câmara Técnica de Educação – CTE, Rio de Janeiro, 15 e 16 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria no. 29/2019/GAB/Gereb de 20 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Escola de Governo Fiocruz – definições básicas. Texto aprovado na Câmara Técnica de Educação Maio 2019.

\_\_\_\_\_. Relatório Final do VIII Congresso Interno. A Fiocruz e o Futuro do SUS e da Democracia. Rio de Janeiro. 2018.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para o Projeto Político Pedagógico da Escola Fiocruz de Governo: reflexos da sua construção coletiva. Brasília, DF, dezembro 2016.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz – PDI-Fiocruz 2016-2020. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz: PDIE-Fiocruz 2021-2025. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

\_\_\_\_\_. Regimento dos Cursos de Qualificação da Fiocruz. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Fiocruz in Decreto nº 8.932/2016 de 14 de dezembro de 2016. Brasília, DF. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/estatuto-e-regimento>.

\_\_\_\_\_. Oficina de Planejamento, Escola de Governo Fiocruz, 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria Presidência nº 200, de 29 de fevereiro de 2016. Cria a Comissão Própria de Avaliação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. Disponível em: [http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P200\\_2016.pdf](http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P200_2016.pdf).

\_\_\_\_\_. Portaria Presidência nº 1246, de 01 de outubro de 2015. Torna público o conjunto de Indicadores Globais e Intermediários da Fiocruz, referente ao ano de 2015, com a atualização de metas, conforme previsto no calendário definido pelo Conselho Deliberativo da Instituição. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: [http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P1246\\_2015.pdf](http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P1246_2015.pdf).

\_\_\_\_\_. Projeto Político Pedagógico, 2015. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

\_\_\_\_\_. Escola Fiocruz de Governo. Regimento Interno. Brasília, Distrito Federal, 2015.

\_\_\_\_\_. Relatório do VII Congresso Interno da Fiocruz, Rio de Janeiro. 2014.

\_\_\_\_\_. FIOCRUZ\_Res\_EscolaGovSaude\_CD\_28abril2011.pdf.

\_\_\_\_\_. Relatório do VI Congresso Interno da Fiocruz, Rio de Janeiro. 2010.

\_\_\_\_\_. Regimento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu. Rio de Janeiro, 2010: Disponível em: [http://www.fiocruz.br/ioc/media/regimento\\_lato\\_sensu\\_fiocruz.pdf](http://www.fiocruz.br/ioc/media/regimento_lato_sensu_fiocruz.pdf)

\_\_\_\_\_. Relatório do IV Congresso Interno da Fiocruz, Rio de Janeiro. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto no. 9.235 de 15 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria do MEC nº 331, de 10/03/2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Parecer 295/2013, aprovado em 04 de dezembro de 2013. Publicado no D.O.U. de 7/5/2014, Seção 1, p. 28.

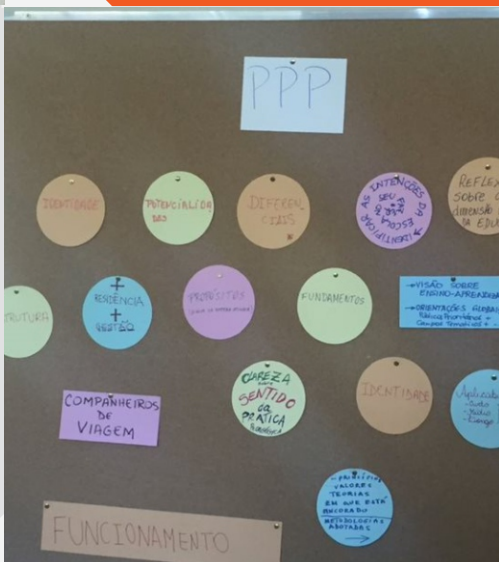
<https://portal.fiocruz.br/noticia/comite-fiocruz-pela-acessibilidade-e-inclusao-das-pessoas-com-deficiencia>

<https://portal.fiocruz.br/pro-equidade>

\_\_\_\_\_. FIOCRUZ\_Res\_EscolaGovSaude\_CD\_28abril2011.pdf.

\_\_\_\_\_. Relatório do VI Congresso Interno da Fiocruz, Rio de Janeiro. 2010.

\_\_\_\_\_. Regimento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu. Rio de Janeiro, 2010: Disponível em: [http://www.fiocruz.br/ioc/media/regimento\\_lato\\_sensu\\_](http://www.fiocruz.br/ioc/media/regimento_lato_sensu_)



# ANEXO 1 - Metodologia do processo de construção do PPP



# ANEXO 1 - Metodologia do processo de construção do PPP

Em julho de 2019, a Direção Executiva da Escola de Governo Fiocruz - Brasília instituiu um Grupo de Trabalho (GT-PPP) para dar continuidade ao processo de construção do seu Projeto Político Pedagógico, iniciado em 2016, pela então Diretora Executiva Fabiana Damásio.

A retomada desse processo se orientou por uma metodologia participativa e dialógica, com reuniões regulares do GT, coordenado por Aline Cavaca e composto, inicialmente, pela Diretora Executiva da Escola Luciana Sepúlveda; Paulo Carvalho; Francini Lube Guizardi; Anna Cláudia Pontes; Juliana Mota; Maria do Socorro de Souza; Karina Fernandes e, posteriormente, contemplado com as participações de Celina Roitman, Regina Padrão e a consultoria de Terezinha de Lisieux Quesado Fagundes, no processo de escrita do capítulo de avaliação, organização e edição final do documento.

No período de julho de 2019 a dezembro de 2020, o GT realizou 19 reuniões presenciais, sempre às quartas-feiras, além de 17 reuniões remotas, via Plataforma Teams. Os objetivos desse GT foram: analisar o trabalho prévio de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola (ciclo 2016) para incorporação no processo atual de construção do PPP; envolver a comunidade -escola e gestores na construção do PPP e, finalmente, sistematizar as contribuições para a redação final do documento.

Para tanto, foram organizadas cinco etapas:

## **> Etapa 1: Recuperação e sistematização dos documentos norteadores e marcos legais da EGF-Brasília relevantes ao PPP**

Nesse primeiro momento, foram analisadas a minuta com os primeiros apontamentos sistematizados para o PPP da EGF-Brasília, construída coletivamente em 2016, além de outros documentos institucionais, tais como o Regimento Interno, os Relatórios Anuais da Escola e o Plano de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz 2016-2020.



### ➤ **Etapa 2: Definição da estrutura do documento**

Essa etapa permitiu a construção de uma matriz estruturante do documento, de uma proposta de sumário para o PPP, com sua validação realizada pelo Grupo de Trabalho e pela Diretora da Gereb Fabiana Damásio.

### ➤ **Etapa 3: Definição do processo de construção participativa da proposta**

Inicialmente, para validação do cronograma, plano e processo de trabalho junto aos colegas da casa, o PPP foi apresentado em diversas instâncias colegiadas, a saber: Colegiado Gestor, Colegiado de Pós-graduação e Colegiado da Escola.

Na sequência, foram identificados os espaços de discussão e governança relevantes ao PPP em toda Fiocruz Brasília, além de ser elaborado e validado pelo GT-PPP o instrumento de consulta junto aos docentes e discentes, com o objetivo de envolvê-los na construção do PPP por meio de uma escuta qualificada junto aos docentes da casa, totalizando 17 entrevistas.

Foram entrevistados os coordenadores de cursos ofertados à época pela Escola (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Especialização em Saúde Coletiva e Residências Multiprofissionais em Gestão de Políticas Públicas para a Saúde, Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, e Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo), além dos coordenadores de diversas atividades educacionais, representando cada Programa de Pesquisa da Fiocruz - Brasília (ASCOM, PRODISA, PECS, PEPTS, PALIN, PSAT, NEVS, Nusmad, NETHIS, LEMTES, Nead e Colaboratório).

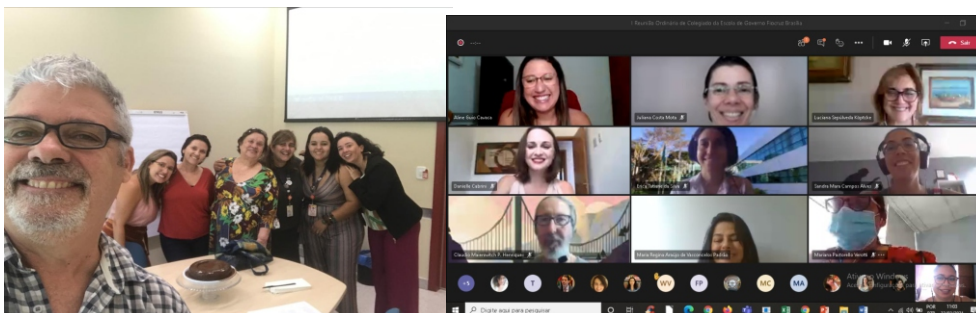
O conteúdo das entrevistas foi gravado e transcrito na íntegra, analisado com auxílio do *Software ATLAS.ti: Qualitative Data Analysis*, empregando o método de Análise de Conteúdo, preconizado por Lawrence Bardin (BARDIN, 2009). O material empírico analisado subsidiou a redação do PPP.

Uma síntese da análise das entrevistas foi apresentada e validada pelos sujeitos entrevistados na reunião do Colegiado da EGF-Brasília, em



#### ➤ **Etapa 4: Redação/síntese do documento**

Nessa etapa, foi realizada uma divisão temática, por capítulos, entre os membros do GT-PPP para redação/revisão dos conteúdos de acordo com as expertises, considerando o material analisado nas entrevistas aos docentes da EGF-Brasília. Cada capítulo foi discutido e revisado ao menos duas vezes por todos os membros do grupo, durante as reuniões do GT-PPP, nos meses de janeiro a maio de 2020.



#### ➤ **Etapa 5: Validação final do PPP**

Finalmente, a última etapa contou com a edição cuidadosa da consultora Terezinha de Lisieux Fagundes, que colaborou na escrita do capítulo sobre avaliação conduziu o processo de organização dos textos, reviu o conteúdo e suas referências junto aos colegas do GT e finalizou o documento.

O PPP foi submetido à apreciação e validação pela Direção Geral da Fiocruz Brasília, sendo disponibilizado para consulta pública a toda Comunidade-Escola durante os meses de setembro e outubro de 2020.

Após a consulta pública, o GT-PPP fez as devidas alterações no documento, encaminhando-o para revisão e diagramação em dezembro de 2020.

Vale destacar que o processo de construção coletiva do PPP permaneceu em desenvolvimento no contexto da Pandemia de Covid-19, de março a dezembro de 2020, ocasião em que o Grupo de Trabalho manteve a continuidade dos trabalhos de maneira remota, através da Plataforma Microsoft Teams.

Assim, em 14 de dezembro de 2020 o PPP foi lançado para a Comunidade-Escola, na reunião do colegiado da Escola de Governo Fiocruz - Brasília, por meio de uma roda de conversa com docentes e representantes discentes.



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**  
Brasília



ESCOLA DE GOVERNO  
**FIOCRUZ – BRASÍLIA**

2020